



“Adaptem-se ou ficam para trás.”
O aviso de Maria Luís à banca

EMPRESAS 18

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 13 de novembro de 2025 | Diário | Ano XVIII | N.º 5615 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

CATARINA MILAGRE
Transição energética é mais cultural do que tecnológica
OPINIÃO 28



CRISTINA SIZA VIEIRA
O que os turistas americanos valorizam em Portugal
OPINIÃO 30



Bolsa nacional a caminho de dividendos recorde

Estimativas apontam para que 16 cotadas do PSI distribuam mais de 3,2 mil milhões.

MERCADOS 24 e 25



Empresas nos grupos de IVA terão de dar mais dados ao Fisco

ECONOMIA 8 e 9

LEX

Regulamentação do lóbi chega tarde, mas traz “ganhos de transparência”

LEX 12 e 13

Publicidade

Electric Summit
ENERGY FOR LIFE
galp SIEMENS
negócios **IMAGINE NOW** **DATA VALLEY**
20 DE NOVEMBRO 2025 – 9H00
CCB – Centro Cultural de Belém
Sala Almada Negreiros
Saiba mais sobre esta iniciativa através do QR Code ou em electricsummit.negocios.pt
KNOWLEDGE PARTNER **EY**

Linha violeta do Metro de Lisboa volta a derrapar até final de março

HOME PAGE 2

Ouro soma e segue e ações do setor só têm a ganhar

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Governo não fecha a porta a apoiar Centeno na corrida ao BCE

ECONOMIA 11

HOME PAGE

D.R.

O Governo queria adjudicar o contrato para o metro ligeiro Loures-Odivelas em dezembro, mas Bruxelas tem até finais de março para tomar uma decisão no âmbito da investigação aprofundada a alegadas subvenções chinesas à CRRC.

Linha violeta volta a derrapar, desta vez até finais de março



O Governo queria adjudicar a contrato para a linha violeta em dezembro.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt
MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

A Comissão Europeia tem até finais de março do próximo ano para tomar uma decisão no âmbito da investigação aprofundada que abriu à construção do metro ligeiro de superfície entre Loures e Odivelas, conhecido como linha violeta.

Ao Negócios, uma porta-voz da Comissão adiantou que, ao abrigo do regulamento relativo às subvenções estrangeiras (FSR, na sigla em inglês), Bruxelas “dispõe de 110 dias úteis a partir do momento em que foi notificada do procedimento para tomar uma decisão final”, recordando que neste caso “a notificação foi recebida em 8 de outubro de 2025”. Desta forma, a investigação sobre se a fabricante estatal chinesa de material circulante CRRC - indicada como futura subcontratada pelo consórcio da Mota Engil, Zagope e Spie Batignolles que entregou a proposta mais baixa no concurso - beneficiou de apoios estatais de países



A Comissão dispõe de 110 dias úteis a partir do momento em que foi notificada para tomar uma decisão final.

COMISSÃO EUROPEIA

terceiros, suscetíveis de distorcer a concorrência no mercado interno europeu, terá de ser concluída dentro de pouco mais de quatro meses.

Em função das conclusões, Bruxelas pode aceitar medidas corretivas, proibir a adjudicação do contrato ou emitir uma decisão de não objeção. Até lá o Metro de Lisboa pode prosseguir todas as etapas do concurso com exceção da adjudicação do contrato. Ao Negócios, a empresa pú-

blica disse apenas que “neste momento é prematuro falarmos de eventuais atrasos na adjudicação do contrato. Tudo dependerá da data e do teor da decisão a tomar pela Comissão”.

No entanto, a investigação irá atrasar novamente a contratação deste projeto - anunciado em 2021 -, que a secretária de Estado da Mobilidade disse recentemente no Parlamento que teria lugar em dezembro. Em março de 2024 foi lançado o primeiro con-

curso - que previa a conclusão da obra no segundo semestre de 2026 -, mas acabou por ficar deserto, depois de as propostas apresentadas pela Zagope e pelo consórcio da Mota-Engil terem sido acima do preço-base, que era de 450 milhões. O projeto acabou por ser retirado do PRR e um novo concurso foi lançado em abril passado com um valor-base de 600 milhões, tendo o consórcio da Mota Engil, Zagope e Spie entregue uma proposta de cerca de 598,9 milhões. Ao concurso apresentaram-se também os agrupamentos da Teixeira Duarte a da FCC, mas com preços da ordem dos 716 e 630 milhões, respetivamente.

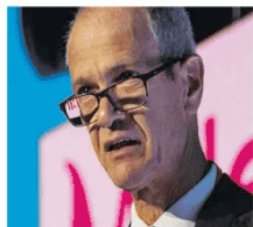
Bruxelas já explicou que a investigação surge na sequência de uma notificação do consórcio liderado pela Mota Engil. “No procedimento atual, a Mota Engil é o principal operador económico/líder do consórcio responsável pelo cumprimento da obrigação de notificação prevista” no FSR, recordou a mesma porta-voz da Comissão, salientando que “na sua proposta a Mota Engil propôs a realização deste projeto com vários outros membros do consórcio e subcontratantes”, entre os quais a CRRC Tangshan - para o fornecimento de 12 veículos tipo “light rail vehicle” - que “é considerada um subcontratante principal”. Uma definição que, segundo o regulamento, diz respeito aos casos “em que a sua participação assegure elementos essenciais da execução do contrato e em todos os casos em que a participação económica da sua contribuição exceda 20% do valor da proposta apresentada”. Questionada pelo Negócios se a investigação desencadeada teve por base alguma queixa apresentada por outro concorrente, a mesma porta-voz disse apenas que “a Comissão não está em posição de divulgar este tipo de informação”. Já sobre as razões por que os dois concursos que a CRRC ganhou, em 2019 e 2025, para a Metro do Porto não suscitaram preocupações semelhantes, a Comissão escusou-se a comentar.

A CRRC é a maior fabricante mundial de material circulante em termos de receitas e em consórcio com a Mota-Engil já ganhou contratos no México e na Colômbia, designadamente das novas linhas de metro em Medellín, Monterrey e Guadalajara. ■

DIA

AÇÃO

BCP volta a negociar acima dos 0,80 euros, um máximo de 10 anos



O banco liderado por Miguel Maya lucrou 776 milhões de euros entre janeiro e setembro.

O BCP impulsionou a bolsa de Lisboa, com uma subida de quase 2% para 0,8066 euros. O preço de cada título do banco liderado por Miguel Maya voltou a ultrapassar a fasquia simbólica dos 0,80 euros e atingiu máximos de outubro de 2015, num dia positivo para a banca a nível europeu. O BCP tem vindo a valorizar desde que anunciou, no final de outubro, uma subida de 9% para 776 milhões de euros dos lucros até setembro. ■



1,99%

Variação este ano:

74,22%

Valor em bolsa:

12.236 milhões de euros

EDITORIAL

DIANA RAMOS

Diretora

dianaramos@negocios.pt



Salários: o bom e o mau

Os dados mais recentes do Eurostat sobre os salários na União Europeia deixam-nos ao mesmo tempo o amargo de boca de estarmos a crescer e a melhorar no que aos rendimentos diz respeito, apesar de continuarmos na lista dos mais mal pagos do espaço europeu. Ou seja, há um lado bom e outro mais negativo sobre a evolução dos salários no país ao longo dos últimos anos.

Vejamos, os salários médios ajustados de um trabalhador a tempo inteiro cresceram 7% em Portugal em 2024 e isso são boas notícias para todos quantos têm um emprego, na medida em que no resto da Europa as remunerações aumentaram 5,2% no ano passado. Isto significa, grosso modo, que há um dinamismo na economia portuguesa que permite às empresas conseguirem remunerar melhor os seus colaboradores pelas tarefas desempenhadas. E, convenhamos, num contexto de inflações próximas dos 2%, um ganho de 7% na remuneração é uma evolução que não é menosprezável.

Pondo em perspetiva, os números soam um pouco menos cor-de-rosa na medida em que o país continua mal posicionado face à média da UE, ocupando o lugar de 10.º país com os vencimentos mais baixos. Atrás ficam economias ainda mais debilitadas do que a nossa, como é o caso da Roménia, Polónia, Bulgária, Letónia, Hungria, Croácia e Malta. Traduzido por números, em Portugal um trabalhador recebe um valor bruto de 1.772 euros por mês enquanto o valor médio na UE atinge o patamar de 2.843 euros mensais.

E este é o amargo de boca relativo aos rendimentos em Portugal. Temos vindo a evoluir, a maior escolarização dos trabalhadores tem tido reflexo nos vencimentos, mas a verdade é que continuamos a ser, grosso modo, uma economia de baixos salários. O ministro das Finanças já veio justificar este fraco desempenho com o facto de Portugal ter das economias menos avançadas da Europa, o que, tratando-se de um diagnóstico incontestado, diz pouco sobre o caminho futuro.

Num momento em que a inteligência artificial ameaça cada vez mais tarefas, o debate em torno do futuro da economia e do trabalho em Portugal é, nesse sentido, cada vez mais premente. Dispensam-se os grupos de trabalho, mas seria útil algum pensamento aprofundado sobre que economia queremos deixar aos mais jovens. ■

Continuamos a ser, grosso modo, uma economia de baixos salários.

FRASE

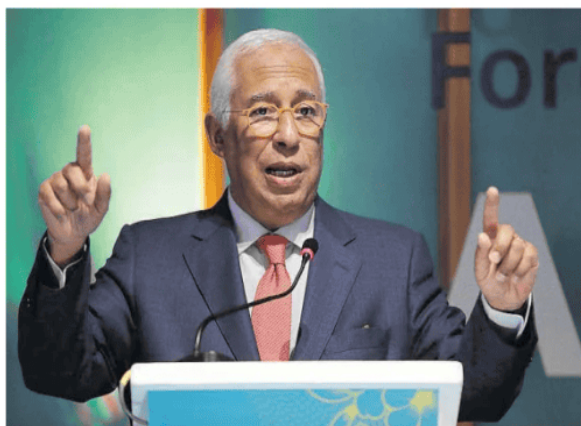


[Gigafábrica em Sines] é um sonho tornado realidade. Estou muito entusiasmada.



DANIELA BRAGA
CEO da Defined.AI

FOTO



Costa foi à Colômbia tentar deixar recados a Trump

Por estes dias, o líder do Conselho Europeu, o português António Costa, tem estado pela Colômbia a defender o acordo entre a UE e o Mercosul, que cria a maior zona de livre comércio do mundo com um universo de 700 milhões de consumidores. Costa aproveitou para deixar farpas a Donald Trump: “A Europa não acredita em guerras comerciais, quer construir pontes.”

Carlos Ortega/EPA

NÚMERO

2,3

O preço das portagens nas autoestradas poderá aumentar 2,3% a 1 de janeiro de 2026, segundo a inflação de outubro, sem habitação, confirmada pelo INE.

PRIMEIRA LINHA METAIS NA LINHA DA FRENTE



A construção é um dos setores de grande consumo de cobre.

IA e defesa não suplantam procura tradicional por cobre

Apesar de a inteligência artificial e a crescente produção militar procurarem cada vez mais os recursos oferecidos pelo “ouro vermelho”, o seu consumo ainda não supera o que provém das fontes tradicionais.

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt

A inteligência artificial (IA) e a defesa estão a consumir cada vez mais cobre — um dos seis grandes metais industriais negociados no mercado londrino de metais (LME), com o alumínio,

o zinco, o níquel, o estanho e o chumbo. No entanto, este uso ainda não suplanta as fontes tradicionais de consumo.

Quem o diz é o CEO da Trafalgar, Richard Holtum, que rejeita os chavões do mercado, estimando que 90% da procura de cobre na próxima década virá da infraestrutura tradicional, construção, urbanização e bens de consumo. O responsável falou na “LME Week 2025”, que decorreu no mês pas-

sado e que juntou mais de mil representantes da comunidade internacional dos metais — com o cobre, como já é habitual, em grande destaque.

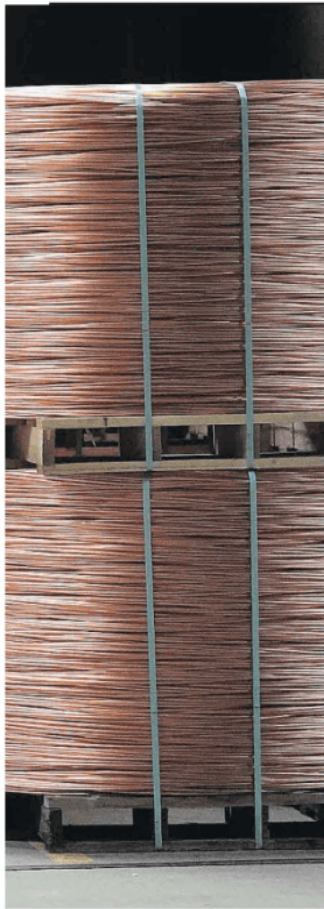
Apesar destas estimativas do CEO da gigante de “trading” de metais e petróleo, não há dúvidas de que “a rápida expansão da inteligência artificial e a crescente procura por eletricidade para alimentar centros de dados poderão fazer subir os preços da energia e dos

metais industriais, como o cobre e o alumínio, essenciais para as infraestruturas de IA”, aponta o Banco Mundial num relatório sobre as previsões de preços para as “commodities” em 2026. Por isso mesmo, a IA continuará a ter um papel cada vez mais importante na procura por cobre — metal tido como um indicador avançado da atividade económica.

O chamado “ouro vermelho” acumula uma valorização anual

superior a 25%, tanto no LME como no mercado nova-iorquino de futuros e opções para a negociação de metais (Comex). Em Nova Iorque, negocia-se em 5,047 dólares por libra-peso, ao passo que em Londres, nos contratos para entrega a três meses, transaciona-se em 10.796 dólares por tonelada. E a previsão geral dos participantes na semana do LME é que os preços do cobre vão continuar a subir. Justificação: fundos a realocarem

Marcus Brandt/AP



“

90% da procura de cobre na próxima década virá da infraestrutura tradicional, construção e bens de consumo.

RICHARD HOLTUM
CEO da Trafigura

Lógica de ganhos do cobre a longo prazo pode estar apenas no início, dada a narrativa de que a maior produção não será suficiente.

BANDS FINANCIAL
“Research”

”

o dinheiro em ativos tangíveis, um mercado de matérias-primas disfuncional e baixos stocks devido à redistribuição do inventário global para os Estados Unidos — pelo forte aumento da procura do outro lado do Atlântico antes das tarifas impostas por Donald Trump. Com efeito, a transferência em massa de cobre para os EUA significa que o resto do mundo terá de pagar mais para garantir o abastecimento deste metal.

O consenso é que os preços do cobre deverão encontrar um nível de suporte nos 10.000 dólares por tonelada nos próximos anos. “E a lógica de valorização deste metal a longo prazo pode estar apenas no início, dada a narrativa do lado da oferta de que os aumentos na produção de cobre são insuficientes para atender à crescente procura”, aponta a corretora Bands Financial. Isto resulta em “custos de processamento [encargos pagos pelas empresas mineiras às fundições para transformarem o concentrado de cobre em cobre refinado] cada vez mais baixos, mesmo que já tenham atingido mínimos históricos, deixando apenas o ouro e o ácido sulfúrico como prémios de

consolação para as fundições”, acrescenta.

Segundo a Wood Mackenzie, a procura mundial por cobre deverá aumentar 24% até 2035, estando a consultora a alertar para o facto de setores disruptivos, como os centros de dados, poderem “ampliar a procura e a volatilidade dos preços além das expectativas”. Até mesmo figuras que, por norma, são mais pessimistas quanto ao cenário do cobre, como Ken Hoffman, da consultora Trautenberg Associates, admitem que o panorama de longo prazo é de um robusto crescimento da procura num contexto de desafios da oferta. ■

25

VALORIZAÇÃO

O “ouro vermelho” acumula um ganho superior a 25% no acumulado do ano, tanto no LME como no Comex.

“Prémios verdes” e fundição. Os elementos do reino dos metais

Metais de origem sustentável e com menor pegada de carbono devem ser mais caros e mercado londrino já tem plano nesse sentido. Por outro lado, um metal de pouco serve se não há capacidade para o processar.

Descarbonização, sustentabilidade e “prémios verdes” para os metais. É este um dos focos da indústria no que diz respeito à redução das emissões de dióxido de carbono. E na semana do London Metal Exchange, que decorreu em outubro, foi apresentada pelo próprio LME uma iniciativa para facilitar essa transição: prémios sobre o preço de “metais industriais de baixo carbono”, como o cobre, níquel, alumínio e zinco.

“A iniciativa visa incentivar a produção de materiais de origem sustentável, sinalizando uma mudança no sentido de valorizar não apenas a quantidade produzida, mas também as credenciais ambientais dos metais”, aponta, a este propósito, uma análise da S&P Global Commodity Insights. Mas “há uma certa dose de ceticismo relativamente à aceitação, pelos clientes, dos custos mais elevados associados a estes prémios, principalmente no setor do cobre”.

Apesar de alguma resistência que possa haver, a ideia é mesmo para seguir. Nesse âmbito, a dona do LME, que é a Hong Kong Exchanges and Clearing (HKEx), surpreendeu com o anúncio da criação de uma nova subsidiária no Dubai, a Commodity Pricing and Analysis Ltd (CPAL). A CPAL



Marilene Alves

Fundição é mais importante que atividade mineira, diz Trafigura.

atuará como gestora da fixação de preços para a implementação dos “prémios verdes”, socorrendo-se dos critérios de aprovisionamento responsável do LME e dos dados de negociação da plataforma digital Metalshub.

A Metalshub transacionou mais de 220 milhões de dólares de níquel refinado de classe I em 2023 e, desde março de 2024, já negociou 488 toneladas de níquel ecológico — definido como um metal com uma pegada de carbono inferior a 20 toneladas métricas por cada tonelada do metal. O plano é recorrer à Metalshub para gerar um prémio para o níquel de origem sustentável, estabelecendo assim um modelo para outros metais,

como o cobre e o alumínio.

Outra ideia que gerou muito burburinho foi a que o CEO da Trafigura, Richard Holtum, passou quando falou sobre políticas governamentais. No seu entender, a capacidade de processamento de um país é mais importante para a segurança nacional do que a atividade mineira. “

A mineração não é crítica, o processamento é que é uma infraestrutura crítica de segurança nacional”, afirmou. Holtum argumentou que o Ocidente deve focar-se em apoiar a capacidade de fundição e processamento, pois a matéria-prima, por si só, é inútil sem a infraestrutura necessária para a refinar. E apontou a Austrália como um exemplo de governo voltado para o futuro no seu apoio a projetos de processamento.

“Não se tem segurança se apenas se tiver material no solo. A fundição é mais importante do que a mineração”, reiterou Richard Holtum no seminário do LME. “Se o Ocidente quiser quebrar o domínio da China sobre metais exóticos, como o gálio e o germânio, precisará de fundições de metais de base para os produzir”, acrescentou. ■ CP

“

Prémios verdes para metais visam incentivar produção de materiais de origem sustentável.

S&P COMMODITY INSIGHTS
“Research”

“

A matéria-prima, por si só, é inútil sem a infraestrutura necessária para a refinar.

RICHARD HOLTUM
CEO da Trafigura

PRIMEIRA LINHA **METAIS NA LINHA DA FRENTE**

Ouro tropeçou mas não ficou no chão. E há margem para subir em 2026

O BNP Paribas considera que os motores de sustentação do metal precioso continuam ligados. E prevê que a cotação do ouro possa superar os 5.000 dólares por onça ainda antes do final do próximo ano.

Matthias Schrader/AP



O metal amarelo está a subir pelo terceiro ano consecutivo. E não deve parar por aqui.

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt

O ouro tem atingido sucessivos máximos históricos e, só em 2025, já galgou dois patamares míticos: dos 3.000 e dos 4.000 dólares por onça. Com efeito, o metal precioso arrancou o ano a negociar nos 2.632 dólares e atualmente transaciona na casa dos 4.198

dólares – a subir 59,9% no acumulado desde janeiro. A sustentar têm estado sobretudo as tensões geopolíticas, as apostas nos cortes das taxas de juro, as compras dos bancos centrais e a depreciação do dólar. Em 2026, a tendência deverá prosseguir e há já mesmo quem esteja a prever a superação de novas fasquias.

“Consideramos que a atual consolidação em torno dos 4.000 dólares por onça abriu caminho para novas valorizações, dados os receios em tor-

no de riscos macro. Assim, revimos em alta de 13% a nossa estimativa para o preço médio do ouro no próximo ano, para 4.420 dólares por onça”, sublinha David Wilson, estratega sénior de matérias-primas no BNP Paribas. E mais: “apontamos para recordes acima dos 5.000 dólares antes do final de 2026”, acrescenta.

Sobre se esse novo patamar poderá ser atingido apenas no quarto trimestre, David Wilson responde que existe sempre a

possibilidade de até valorizar mais rapidamente, “dado que os fatores impulsionadores estão, de certa forma, relacionados com as políticas dos Estados Unidos”. Por isso mesmo, “poderá, sem dúvida, acontecer mais cedo”, afirma, em declarações ao Negócios.

Os principais elementos de impulso, segundo o estratega do banco francês, mantêm-se: “as perspetivas de desvalorização do dólar americano continuam a ser um fator importante, mas

5.000

PROJEÇÃO

O BNP Paribas estima que o preço do ouro supere o patamar dos 5.000 dólares por onça no próximo ano.

Metal amarelo soma e segue – e ações do setor só têm a ganhar

Para a Schrodgers, a evolução do ouro, de ativo “de nicho” para classe de ativos global, continua em curso. E as cotadas ligadas ao setor têm estado a ser beneficiadas.

também observamos uma forte procura especulativa por ouro como proteção contra riscos que vão desde a sustentabilidade da dívida dos EUA e da Europa até à independência/credibilidade da Reserva Federal (Fed) e a uma potencial bolha do mercado de acionista impulsionada pela inteligência artificial nos EUA. Também persistem receios de que as perturbações comerciais relacionadas com tarifas alfandegárias possam provocar uma desaceleração global”. E tudo isto anima o metal amarelo, que vai consolidando também o seu estatuto de ativo de refúgio.

3 Corte de 25 pontos-base dos juros da Fed

No que diz respeito às decisões de política monetária do banco central dos EUA, o BNP Paribas estima uma redução de 25 pontos-base em dezembro deste ano e mais duas em 2026. Questionado sobre se as previsões para o ouro se mantêm no caso de a Fed não cortar tanto os juros como o BNP Paribas espera, David Wilson diz partilhar da visão do banco francês de que haverá uma redução das taxas em dezembro. “Dada a deterioração da situação do

mercado de trabalho nos Estados Unidos, considero que esse é um cenário provável”, salienta. No entanto, “caso não haja essa redução e o dólar se revele mais robusto do que o esperado, isso representaria um fator de pressão negativa sobre os preços do ouro”, ressalva.

Por outro lado, o impacto da alteração fiscal na China deverá acabar por ser compensado. “As novas regras do IVA na China criam uma distinção que mantém a isenção total para os membros da bolsa de Xangai que vendem produtos de investimento em ouro, mas deixam as fabricantes de joalheria com uma taxa efetiva de 7%. Mas esperamos que qualquer impacto negativo na procura de joalheria seja amplamente compensado pela forte procura contínua para investimento”, diz David Wilson.

E é precisamente a procura sustentada dos investidores que irá manter o ouro físico em níveis robustos. “Os exchange-traded funds (ETF) liquidaram cerca de 1,9 milhões de onças de ouro – num movimento que consideramos ter sido de tomada de mais-valias – depois de a titularidade de ouro nos ETF, este ano, ter atingido um pico de 98,9 milhões de onças a 29 de outubro. Mas não vemos isto como uma liquidação sustentada”, refere. E isto porque “esperamos que os fundos comecem a acumular de novo, antes de o ano de 2025 terminar”, remata o estratega. Com efeito, o BNP Paribas prevê que os níveis totais superem os 100 milhões de onças em finais deste ano, com um renovado apetite pela cobertura de risco por parte dos investidores. ■

O ouro está a valorizar pelo terceiro ano consecutivo e em 2025 a subida tem sido estonteante. A 17 de outubro, o preço do metal precioso para entrega a pronto atingiu um máximo histórico de 4.378,69 dólares por onça, tendo também estabelecido um recorde nos contratos de futuros, ao tocarnos 4.372,10 dólares. E apesar do recente tombo, a tendência continua a ser ascendente, tendo o “rally” pernas para andar.

Com isto, também as empresas que operam neste setor saem beneficiadas, se bem que sem grande alarido – fenómeno que a Schrodgers denomina de ascensão silenciosa das ações ligadas ao ouro. E é sobre estas ações que a gestora de ativos se debruça, considerando que “as avaliações continuam atrativas”. “As empresas mineiras de ouro estão a gerar margens recorde e a consolidar balanços sólidos, mas continuam a negociar com avaliações contidas. E o mercado começa agora a prestar-lhes atenção”, sublinha James Luke, gestor de fundos da área de metais na Schrodgers.

Em 2024, aponta, “defendemos que, apesar de uma perspectiva estruturalmente positiva para o ouro, as ações do setor estavam próximas dos níveis de valorização mais baixos em 40 anos, podendo o setor subir 50% e continuar barato”. Agora, nos

últimos meses, “o interesse tem vindo a aumentar e as ações ligadas ao ouro têm registado um crescimento consistente, ainda que discreto”. Perante esta recuperação, muitos investidores perguntam se ainda vale a pena entrar. “Acreditamos que sim. Apesar da forte valorização, as ações ligadas ao ouro continuam baratas em três frentes principais”, salienta James Luke no “research” a que o Negócios teve acesso.

E que frentes são essas? A primeira prende-se com o facto de o desempenho das ações ainda estar distante das margens recorde do “cash flow”. “As ações ligadas ao ouro tendem a superar o desempenho do metal quando as margens do fluxo de caixa estão a aumentar. Desde finais de 2023, as margens das produtoras aumentaram para níveis sem precedentes, à medida que o ‘bull market’ do ouro ia ganhando tração, e atualmente as margens médias de 2.000 dólares por onça estão cerca de 100% acima do pico anterior observado no verão de 2020”, explica o gestor.

A segunda frente é a das avaliações contidas e balanços sólidos. “Apesar das margens elevadas, as avaliações continuam razoáveis. Métricas como o rácio preço/valor líquido dos ativos permanecem abaixo da média de longo prazo, e a maioria das

empresas ainda é avaliada com base em preços do ouro inferiores aos atuais”, diz o estratega.

Já a terceira frente prende-se com a ausência de euforia no setor. “Continuamos a considerar que os investidores ocidentais ainda não são verdadeiros ‘crentes’ no ouro. Estamos longe da fase de ‘entusiasmo cego’ do ciclo e não se vislumbra qualquer sinal de comportamento irracional”, considera James Luke nesta sua análise.

Com efeito, até muito recentemente, a reação dos investidores com posições em fundos de mineração de ouro, tanto de gestão passiva como ativa, foi “vender na alta”, com a pressão vendedora a chegar a atingir volumes recorde. Só muito recentemente é que o interesse começou a recuperar, explica o gestor. “O que se observou no mercado do ouro, desde o fim de 2022 até cerca do segundo trimestre deste ano, foi, sobretudo, um mercado altista impulsionado pelos bancos centrais do Oriente e, em menor grau, por famílias e investidores dessa região. A ausência de participação dos investidores ocidentais refletiu-se também numa forte desinteresse pelas ações de metais preciosos, daí a disjunção nas avaliações e a ampla oportunidade existente.”

A história também pesa. “Muitos investidores continuam marcados pelo fraco desempenho das ações ligadas ao ouro na década de 2005 a 2015. Essa cicatriz estende-se às equipas de gestão das produtoras.”

Tendo em conta os fatores orçamentais e geopolíticos que estão na base do atual mercado altista, “acreditamos que ele dificilmente terminará sem uma participação muito mais expressiva dos investidores ocidentais. E é precisamente por isso que a oportunidade continua muito presente”, remata James Luke. ■ CP

3

FED

A Fed deve cortar os juros diretores em dezembro deste ano e mais duas vezes em 2026, considera o BNP Paribas.

17

RECORDE

Foi a 17 de outubro que o ouro fixou o mais recente máximo histórico, nos 4.378,69 dólares por onça.

3

SUBIDAS

Desde finais de 2022 que o mercado do ouro está em alta. Está, assim, a valorizar há três anos.

ECONOMIA

IMPOSTOS

Empresas nos grupos de IVA terão de dar mais dados ao Fisco

A AT emitiu um conjunto de instruções para as empresas que optem pelo novo regime dos grupos de IVA. Em caso de reembolso, todas terão de reportar informação sobre clientes e fornecedores.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

As empresas que integrem um grupo para efeitos de IVA, ao abrigo do novo regime que entrou em vigor no final de outubro, e que, no apuramento final, tenham imposto a recuperar, serão obrigadas, para pedir o respetivo reembolso, a submeter as listagens de clientes e os fornecedores cujas operações deram origem ao imposto liquidado ou deduzido no período em causa. Já é isso que acontece quando uma empresa, de forma independente, solicita um reembolso, e será também assim, no âmbito dos grupos de IVA, com a diferença que, neste caso, terá de ser dada a informação relativa a todas as empresas do grupo, incluindo as que não têm qualquer reembolso a haver e mesmo que, no limite, apenas uma esteja nessa situação de reembolso.

A orientação consta de um ofício-circulado emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que aponta as diretrizes para a aplicação do novo regime dos grupos de IVA, que entrou em vigor no final de outubro e que permite, na prática, que as sociedades

que integrem um grupo de empresas unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais, possam consolidar os respetivos saldos de IVA. Isso significa que as que tenham IVA a pagar podem compensar com as que tenham imposto a recuperar. E estas últimas não terão de esperar pelos reembolsos, que não raro são demorados, até porque implicam uma avaliação prévia – ou mesmo uma inspeção – por parte do Fisco. Por outras palavras, evita que algumas empresas fiquem à espera de reembolsos enquanto outras suportam pagamentos elevados, o que acaba por melhorar o fluxo de caixa e, em alguns casos, pode nomeadamente evitar a necessidade de financiamento externo e aumentar a previsibilidade da carga tributária.

O regime é visto com bons olhos, mas o facto de haver esta exigência acrescida de reporte de informação “implica uma carga administrativa muito relevante, que dará trabalho, terá custos e vem complicar o sistema. E que pode até levar a que empresas optem por não aderir”, assinala Patrícia Sousa Silva, fiscalista da consultora Deloitte. Na verdade, acrescenta, “a AT já pode fiscalizar qualquer empresa a qualquer momento, por isso, obrigar à entrega destes anexos como procedimento habitual poderá ser ex-

cessivo face ao que se pretendia”. Mas foi a forma que o Fisco encontrou para “ter um controlo total e garantir que não desapareça imposto nesta compensação”.

Essa exigência “vai seguramente tornar mais morosos os pedidos de reembolso, além de que não deixa de ser duplicação de informação, pois a AT já tem essa informação toda no sistema”, afirma, por seu turno, Joana Maldonado Dias, especialista em IVA da Abreu. É mais um caso em que “é o sujeito passivo a organizar e a fazer o trabalho de recolha de informação pela AT”, remata.

“É muito trabalhoso”, admite Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). Contudo, lembra, “a ideia é não chegar a ter que se pedir reembolso”, sendo o mais lógico que, “ao cruzarem os apuramentos” ou exista um pagamento, ou não haja nada a pagar de todo. O novo regime no geral é interessante, “mas para os grupos que estiverem sempre em reembolsos pode ser pouco atrativo pelo trabalho que dá”. E “sabemos que o processo de reembolso em Portugal é muito exigente e é praticamente uma inspeção geral às empresas”, afirma a bastonária.

Patrícia Sousa Silva levanta ainda outra dúvida. Sendo pedido um reembolso, a AT vai inspe-



A Autoridade Tributária emitiu um ofício-circulado a clarificar os aspetos práticos

cionar todas as entidades que compõem o grupo, ou apenas a dominante? Ou apenas as que influenciaram positivamente o reembolso? “Isso não está claro e

tendo os anexos, a AT pode fazer uma triagem, mas admito que possa inspecionar todas, ou seja, esta exigência dos anexos, pode indiciar isso”.

“

Obrigar à entrega destes anexos poderá ser excessivo face ao que se pretendia.

PATRÍCIA SOUSA SILVA
Fiscalista da Deloitte

“

Para os grupos sempre com reembolsos o regime pode ser pouco atrativo, pelo trabalho que dá.

PAULA FRANCO
Bastonária da OCC

Miguel Baltazar

FUNÇÃO PÚBLICA

Governo admite reforço do subsídio no próximo OE

Sem adiantar valores, Executivo garantiu aumento no subsídio de refeição em 2026. Sindicatos da UGT admitem acordo e greve.

O Ministério das Finanças revelou esta quarta-feira que vai apresentar uma proposta para aumentar o subsídio de refeição da Função Pública, ainda não quantificada, com impacto no orçamento do próximo ano. A medida condiciona a isenção de IRS que se aplica ao setor privado, mas o Governo não quis esclarecer qual o valor que prevê para o próximo ano.

O subsídio de refeição dos funcionários públicos está atualmente nos 6 euros por dia de trabalho efetivamente prestado, inalterado desde 2023. Em reuniões anteriores, e no âmbito da revisão do acordo com os sindicatos da UGT, que será estendido a 2029, tinha sido apresentada uma proposta para uma subida para 6,1 euros por dia em 2027, 6,2 euros em 2028 e 6,3 euros em 2029.

Quanto aos aumentos salariais para o próximo ano não houve novidades. Sem alterações, a proposta de aumentos salariais mantém-se nos 56,58 euros ou 2,15%, consoante o que for mais favorável face ao nível salarial do funcionário público em causa. Estes valores mínimos são transversais aos 761 mil trabalhadores do Estado.

Sindicatos da UGT admitem acordo e greve

“Entrámos com uma mão quase vazia e saímos com a outra praticamente sem nada”, descreveu José Abraão, secretário-geral da Fesap (UGT), no final da quarta reunião com a secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, sobre matérias com incidência orçamental. Quanto à greve geral anunciada pela CGTP e pela UGT para dia 11 de dezembro, o dirigente sindical da Fesap refe-

6€

SUBSÍDIO

O subsídio de refeição no Estado, de 6 euros por dia, condiciona o limiar de isenção de IRS no setor privado.

riu que as estruturas sindicais respeitarão “sempre” as decisões dos órgãos nacionais da UGT, até porque há alterações ao Código do Trabalho que se aplicam aos funcionários públicos. “Se a decisão da nossa central é, em unidade de ação, promover a greve geral por que razão é que a gente não havia de estar?”

No caso do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), o apelo é um pouco mais indireto. “Em primeiro lugar não é o STE que adere, são eventualmente os trabalhadores da administração pública. A questão para nós não está fechada”, disse, considerando que a apesar dos “excessos” no anteprojeto, este também não é “uma proposta fechada”. “Não diremos nunca aos nossos associados que não façam greve”, concluiu Helena Rodrigues, considerando que a paralisação “é preventiva”.

Já da parte da Frente Comum (CGTP), “com certeza que os nossos sindicatos vão aderir” à greve geral de 11 de novembro, constatou Sebastião Santana, que considera “impossível” assinar um acordo. “O que o Governo está a comprar é conflito social”.

A próxima reunião de negociações poderá ser nos próximos dias, mas ainda não está marcada. ■ CAP

Declaração de grupo pré-preenchida

A lei entrou em vigor a 28 de outubro e produz efeitos relativamente aos períodos de imposto que se iniciem a partir de 1 de julho de 2026. As empresas, no entanto, começam já a movimentar-se a avaliar se lhes é ou não vantajoso aderir ao regime.

No ofício-circulado agora conhecido, a AT vem determinar como será operacionalizado o regime e uma das novidades, explica a fiscalista da Deloitte, é que a declaração de grupo será disponibilizada já pré-preenchida pela AT. “Era algo que já era esperado, mas que não estava na lei”, refere.

Outro ponto que é também

clarificado tem a ver com os casos de substituição da entidade dominante. Se esta passar à condição de sociedade dominada de uma outra, igualmente estabelecida em Portugal, esta última pode assumir a posição de entidade dominante, entregando a necessária declaração de alterações junto da AT.

Refira-se ainda que se considera que há um vínculo financeiro quando a entidade dominante detém há mais de um ano, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do capital de outras entidades e mais de 50% de votos. Todas as entidades do grupo têm de ter um estabelecimento estável em Portugal e realizar operações que confirmam direito à dedução de IVA.

A adesão ao regime é feita pela sociedade dominante e a opção produz efeitos a partir do primeiro dia do período de tributação correspondente à apresentação da declaração de início ou de alterações de atividade, conforme o caso. Este regime é independente do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), em sede de IRC, podendo a empresa adotar por um ou por ambos. Uma vez no regime, este é obrigatório durante três anos.

Depois de conhecido o ofício-circulado, ficam ainda a faltar os formulários para a adesão ao regime ou depois para a declaração de IVA do grupo. ■



do regime.

ECONOMIA

FUNDOS COMUNITÁRIOS

28% das subvenções seriam retidas se PRR seguisse regras habituais

PRR tem permitido a Portugal receber mais fundos europeus do que os custos declarados, o que não aconteceria se fossem seguidas as regras dos habituais fundos europeus. País não é caso único na UE, mas é o terceiro maior beneficiário pela lógica de desempenho do PRR.

JOANA ALMEIDA

JoanaAlmeida@negocios.pt

Até ao final de 2024, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) deu a Portugal 11.395 milhões de euros em subvenções (dinheiro a fundo perdido). Mas, se o PRR seguisse a lógica tradicional dos fundos europeus — em que o dinheiro só é desembolsado pela Comissão Europeia em função da certificação da despesa associada —, um quarto das subvenções da “bazuca” europeia recebidas não teriam sido entregues por Bruxelas.

Ao contrário do que acontece com os habituais fundos da Política de Coesão, o PRR é um instrumento baseado em desempenho, o que significa que o que conta para que a Comissão Europeia proceda ao desembolso de verbas é o cumprimento de um conjunto de marcos e metas, associados a investimentos e reformas. Não existe, por isso, qualquer ligação entre as despesas e custos incorridos pelos 27 Estados-membros e os desembolsos por parte da Comissão Europeia, como acontece com os restantes fundos europeus.

Porém, se essa lógica associada a custos também se aplicasse ao PRR, Portugal estaria a “dever” à União Europeia (UE), já que o total recebido é significativamente superior à despesa associada ao PRR. Segundo dados do Eurostat, Portugal recebeu, até ao final do ano passado, 3.203 milhões a mais, em subvenções, face aos custos apresentados com o PRR, o que corresponde a



Manuel Castro Almeida é o ministro que tem a pasta dos fundos europeus.

Bruxelas quer que a próxima geração de fundos sejam desembolsados mediante objetivos cumpridos.

28% SUBVENÇÕES

Como o PRR assenta numa lógica de desempenho, o país recebeu 28% de subvenções “a mais” face aos custos dados.

28,1% do dinheiro a fundo perdido do PRR já arrecadado por Portugal.

Significa isso que a lógica de desempenho do PRR está a beneficiar o país, já que permite uma liquidez financeira que não seria possível caso se aplicassem as regras tradicionais dos fundos europeus. Essa liquidez é importante para assegurar uma execução contínua dos projetos contratualizados, já que permite ir pagando salários ou ir adquirindo os bens e serviços necessários

à atividade regular desses mesmos projetos.

No plano europeu, a situação do PRR português não é única. No final de 2024, outros 15 Estados-membros tinham declarado custos relacionados com o PRR inferiores ao montante das subvenções recebidas, entre os quais se destacavam Espanha, Itália, Grécia e Polónia. Todavia, os dados do Eurostat colocam Portugal em terceiro lugar entre os que mais tem beneficiado da lógica de desempenho da “bazuca” europeia.

Miguel A. Lopes/Lusa

ca”, ficando apenas atrás da Eslováquia (que recebeu 37,1% das subvenções do PRR a mais face à despesa declarada) e Croácia (33,8%).

Em sentido contrário, 11 países tinham incorrido em custos relacionados com o PRR superiores aos pagamentos que tinham recebido da “bazuca” e estavam, por isso, numa “posição a receber da UE” se a tradicional lógica dos fundos europeus se aplicasse. Desses salientam-se a Alemanha, França e Países Baixos. Porém, é a Suécia que mais saiu prejudicada pelo modelo PRR, uma vez que já declarou custos num valor superior em 68,1% face ao montante que recebeu. Seguem-se os Países Baixos (47,2%) e Luxemburgo (47,1%).

Apesar de as maiores economias estarem numa “posição a receber da UE”, os países europeus tinham, em média, uma “posição a pagar à UE” no final de 2024, até porque os envelopes financeiros mais avultados da “bazuca” estão a ser atribuídos a Itália e Espanha. Ao todo, os Estados-membros tinham recebido, até ao final do ano passado, mais 31 mil milhões de euros face ao montante total de despesa que tinha sido declarada. O valor é equivalente a 8,5% da dotação total das subvenções recebidas.

Bruxelas quer replicar modelo PRR

Embora a lógica de desembolso de fundos do PRR tenha levantado críticas ferozes do Tribunal de Contas Europeu – nomeadamente em relação ao controlo “pouco claro” da despesa e dos custos reais dos projetos financiados –, a Comissão Europeia quer passar a aplicar esse modelo ao desembolso de fundos europeus do próximo orçamento de longo prazo, que irá vigorar de 2028 a 2034.

Na proposta orçamental que apresentou em julho, o executivo de Ursula von der Leyen prevê que a próxima geração de fundos europeus seja distribuída em função de 27 planos (um por país) de parceria nacionais e regionais com desembolsos mediante objetivos cumpridos, tal como acontece com o PRR. Mas aprovar a proposta será um processo difícil, já que a maioria dos eurodeputados rejeita a criação de planos de parceria nacionais e regionais e exige uma proposta revista para iniciar as negociações. ■

POLÍTICA MONETÁRIA

Governo não fecha porta no apoio a Centeno para o BCE

Ministro das Finanças admite que é “extemporâneo” falar de nomes, mas apoia sempre candidaturas de portugueses. Primeiro-ministro promete bater-se por uma boa representação do país com recato.

Entre o recato do primeiro-ministro e o momento “extemporâneo” do ministro das Finanças, o apoio do Governo a uma eventual candidatura de Mário Centeno a um cargo de topo no Banco Central Europeu (BCE) é, nesta fase, ainda feito sem fervor público, até porque este tipo de negociações decorre tipicamente na discrição dos corredores, neste caso de Bruxelas.

O Executivo deixa, para já, a porta aberta ao apoio ao nome do ex-governador do Banco de Portugal, mesmo sendo conhecidas as divergências entre Centeno e Joaquim Miranda Sarmiento. Apesar dessa circunstância, o ministro das Finanças declarou em Bruxelas, à entrada para o Eurogrupo, que “vê sempre com satisfação quando um português pode chegar a um cargo internacional”, lembrando o caso recente de António Costa quando se candidatou a presidente do Conselho Europeu.

O ministro deixou, no entanto, uma nota sobre o calendário que há pela frente. “Ainda é extemporâneo” falar de nomes, afirmou Miranda Sarmiento, lembrando que no encontro dos ministros das Finanças da Zona Euro desta quarta-feira apenas seria divulgado o calendário para a sucessão do espanhol Luis de Guindos, que termina o mandato de vice-presidente em maio do próximo ano.

O governante adiantou que o Executivo vai “agora olhar para o calendário, para o processo e tomar decisões”, afirmou, reforçando que “é sempre bom para o país quando um português tem possibilidades de chegar a um cargo europeu ou internacional, como há vários exemplos”. O nome de Mário Centeno – que Miranda Sarmiento não reconduziu no Banco de Portu-



Olivier Matthys/EPA

O ministro das Finanças esteve em Bruxelas, no Eurogrupo, onde o calendário do BCE foi discutido.

gal – é falado para entrar na “corrida” à sucessão de Luis De Guindos, cujo mandato termina em maio de 2026.

O primeiro-ministro afirmou, por outro lado, que vai bater-se com recato por uma boa representação de Portugal, mas recusou sempre mencionar diretamente uma candidatura de Mário Centeno ao lugar de vice-presidente do BCE.

“O que posso dizer é que vamos integrar esse processo com enorme sentido de responsabilidade para termos boas soluções à escala europeia e também, naturalmente, uma boa representação de Portugal”, declarou. “Uma vez aberto o processo, participaremos com especial empenho, sentido de responsabilidade e com o objetivo de termos uma boa representatividade”, afirmou o chefe de Governo.

Além do nome do ex-governador do Banco de Portugal e antigo ministro das Finanças, fala-se do nome do antigo comissário europeu finlandês Olli

Rehn, o economista croata Boris Vujčić e a vice-governadora do banco central da Grécia, Christina Papaconstantinou.

Um caminho difícil

A probabilidade de Portugal fazer valer o seu peso na corrida à vice-presidência do BCE é, no entanto, reduzida, até porque já teve esse lugar com Vítor Cons-

tâncio e o natural é haver um equilíbrio de geografias do euro na escolha dos lugares de topo. Não é impossível, mas pouco provável.

Ainda assim, na lógica da diplomacia financeira, é crucial, nesta fase, que o Executivo português se posicione sinalizando o interesse do país e apresentando um candidato com currículo de peso, que lhe possa abrir portas mais à frente.

A segunda saída da atual equipa de Lagarde, que acontecerá em maio de 2027, será protagonizada pelo irlandês Philip Lane. É aqui que podem recair as principais fichas na escolha de um candidato português, no caso, Centeno. Lane foi governador do Banco da Irlanda e é doutorado em Economia por Harvard. O seu currículo técnico, parecido com o de Centeno até na passagem por Harvard, poderá ser uma das fortes apostas do Governo português nas negociações em Conselho Europeu. ■

“
Uma vez aberto o processo, participaremos com especial empenho, sentido de responsabilidade e com o objetivo de termos uma boa representatividade.

LUÍS MONTENEGRO
Primeiro-ministro

PRP com LUSA

Lex

LEGISLAÇÃO

Regulamentação do lóbi já vem tarde, mas traz “ganhos de transparência”

A institucionalização da atividade de representação de interesses legítimos levará a “inevitáveis ganhos acrescidos de transparência”. Ainda assim, os advogados avisam que esta matéria não se resolve com um “laivo legislativo único”, mas com um conjunto alargado de ações. Os EUA são um bom exemplo – ainda que difícil de replicar.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

Já foram feitas várias tentativas de legalização do lóbi ou da atividade de representação de interesses legítimos em Portugal. Numa altura em que o tema está novamente em cima da mesa das negociações, os advogados concordam que a sua institucionalização levará a “inevitáveis ganhos acrescidos de transparência” e que a medida só peca por ser tardia.

Os Estados Unidos (EUA) são um bom exemplo de como a regulamentação na área pode fazer a diferença – ainda que seja difícilmente replicável –, notam os especialistas. Ao mesmo tempo, avisam que sendo “consabido que o lóbi pode sempre existir” – seja ou não reconhecido –, a matéria não se resolve com apenas uma lei.

“Depois de o Presidente da República ter vetado o diploma resultante da primeira tentativa em Portugal, dos projetos gorados por dissoluções parlamentares e adiamentos da discussão na especialidade desde 2016, já se ultrapassaram todos os limites para a aprovação de um sistema de registo e controlo do lóbi que garanta um mínimo de ética na ação política no nosso país”, diz Paulo Sande, sócio da Antas da Cunha Ecija.

“A institucionalização do ‘lobbying’ levará a inevitáveis ganhos acrescidos de transparência, e trata-se de uma medida que só peca por ser tardia”, defende Jorge Brito Pereira, “partner” da J+Legal.

Nesta medida, João Quintela Cavaleiro, fundador da Cavaleiro & Associados, concorda que “a

á foram feitas várias tentativas de legalização do lóbi ou da atividade de representação de interesses legítimos em Portugal.

Numa altura em que o tema está novamente em cima da mesa das negociações, os advogados concordam que a sua institucionalização levará a “inevitáveis ganhos acrescidos de transparência” e que a medida só peca por ser tardia.

Os Estados Unidos (EUA) são um bom exemplo de como a regulamentação na área pode fazer a diferença – ainda que seja difícilmente replicável –, notam os especialistas. Ao mesmo tempo, avisam que sendo “consabido que o lóbi pode sempre existir” – seja ou não reconhecido –, a matéria não se resolve com apenas uma lei.

“Depois de o Presidente da República ter vetado o diploma resultante da primeira tentativa em Portugal, dos projetos gorados por dissoluções parlamentares e adiamentos da discussão na especialidade desde 2016, já se ultrapassaram todos os limites para a aprovação de um sistema de registo e controlo do lóbi que garanta um mínimo de ética na ação política no nosso país”, diz Paulo Sande, sócio da Antas da Cunha Ecija.

“A institucionalização do ‘lobbying’ levará a inevitáveis ganhos acrescidos de transparência, e trata-se de uma medida que só peca por ser tardia”, defende Jorge Brito Pereira, “partner” da J+Legal.

Nesta medida, João Quintela Cavaleiro, fundador da Cavaleiro & Associados, concorda que “a



Desde 2016 que se discute a regulamentação do lóbi em Portugal.

aprovação de legislação que regulamente o lóbi em Portugal pode, se acompanhada por um conjunto de outras medidas, representar um avanço na transparência e na qualidade do regime democrático”. Naturalmente, avisa o mes-

A aprovação de legislação que regulamente o lóbi em Portugal representará um avanço na qualidade do regime democrático, notam especialistas.

mo advogado, “que se trata de uma matéria que não se resolve com um laivo legislativo único, mas com um conjunto alargado de ações”.

Olhando para outras jurisdições, “o caso dos EUA é notável, muito embora a tradição do ‘lobbying’ no país dificilmente seja replicável para outras jurisdições”, destaca Brito Pereira. Já pela Europa, Paulo Sande explica que “há sete países com regulação direta e obrigatória das atividades de lóbi (incluindo a Alemanha, França e Polónia) e outros sete em que a regulação é voluntária, mas onde, em geral, não há sanções claras”. Contudo, refere o mesmo especialista, “são

muitos os países onde o assunto está em discussão e a tendência é para a generalização da obrigação de registo e transparência”.

Nesta linha, Quintela Cavaleiro nota que as “medidas aplicadas em outras geografias, nas quais a atividade de ‘lobbying’ é regulada”, mostram que a eficácia “não depende somente dos atos legislativos avulsos”.

Definição afasta ideia de opacidade

Analisando as iniciativas legislativas nesta matéria, “a criação de um sistema público de registo obrigatório das entidades e representantes profissionais de interesses permitirá, por um lado, que

Bruno Colaço

Incluir atos próprios de advogados na definição de lóbi seria “machadada fatal”

todos acedam, em condições de igualdade e transparência, aos decisores públicos e, por outro, que exista uma efetiva oportunidade de todos os interesses serem conhecidos e ponderados”, explica Madalena Dias Parca, associada da MFA Legal & Tech.

Acresce que “a concreta intervenção de cada entidade no processo decisório de um determinado organismo público ficará também sujeita a registo, o que permite que o cidadão acompanhe e conheça o processo decisório que precedeu a aprovação ou a execução de um determinado ato público”, acrescenta a advogada.

Em suma, “a legislação poderá ajudar a distinguir com mais clareza conceitos como influência legítima, definir as fronteiras do tráfico de influências, a exigência de registos públicos de reuniões, agendas e interesses representados”, diz o advogado da Cavaleiro & Associados. Avisa, no entanto, que “a mudança da lei não garantirá transparência, senão for acompanhada de fiscalização efetiva, sanções proporcionais e cultura de integridade tanto no setor público como no privado”.

“Só assim o lóbi poderá ser visto como um instrumento de participação democrática e não como uma sombra sobre o processo político”, conclui João Quintela Cavaleiro, ao que Dias Parca acrescenta que “as iniciativas legislativas nesta matéria [...] afastam a ideia de opacidade tipicamente associada aos decisores públicos e aos respetivos processos de decisão, reforçando a transparência do sistema político português”, remata. ■

Os projetos de lei do PSD, IL, Chega, PS e CDS aprovados recentemente — que estão a ser discutidos na especialidade — excluem do âmbito de aplicação do “lobbying” os atos próprios de advogados e solicitadores no exercício do mandato forense. Esta exclusão é, para os advogados, positiva. Nem poderia ser de outra forma, dizem.

“Há que distinguir os atos próprios dos advogados, do registo de interesses de advogados para atividades de lobbying”, diz Jorge Brito Pereira, “partner” da J+Legal. “Os atos próprios dos advogados têm, por natureza, de estar ex-

cluídos deste regime”, ao passo que “a prática de atividades de ‘lobbying’ por advogados não podem deixar de estar incluídas”. “É o que acontece em quase todas as jurisdições, desde os EUA, à Alemanha, até à própria União Europeia”, refere o mesmo advogado.

“Incluir a atividade dos advogados na definição de lóbi seria confundir a defesa técnica com a influência política, podendo configurar uma desfiguração absoluta da primeira”, sublinha João Quintela Cavaleiro, fundador da Cavaleiro & Associados. Para o advogado, “seria uma machadada fatal no elemento central da relação advo-

gado-cliente” que, como explica, “assenta na confiança”.

Nesta linha, Bruno Melo Alves, sócio da Melo Alves, defende “que os advogados e as sociedades de advogados devem estar sujeitos a registo obrigatório, como os restantes profissionais que exercem influência junto de decisores públicos, reforçando, este princípio, a confiança e a legitimidade do sistema”. Ainda assim, ressalva que “é fundamental excluir do âmbito da lei os advogados que atuem no âmbito de mandato forense, ou seja, no exercício da sua função típica de representação jurídica em processos judiciais ou ad-

ministrativos”. Como refere, “nesses casos, não se trata de ‘lobbying’, mas do exercício da defesa de direitos perante tribunais ou entidades públicas, atividade que já é regulada pelo Estatuto da Ordem dos Advogados e protegida pelo sigilo profissional”.

Concluindo, este especialista destaca que “o equilíbrio adequado passa por permitir um registo obrigatório para atividades de ‘lobbying’ fora do mandato forense, com descrições genéricas que assegurem transparência sem violar o dever de sigilo profissional, e sempre com o consentimento informado do cliente”. ■ JDF



Já se ultrapassaram todos os limites para a aprovação de um sistema de registo e controlo do lóbi.



PAULO SANDE
Sócio da Antas da Cunha Ecija



Institucionalização do lobbying levará a inevitáveis ganhos acrescidos de transparência, e trata-se de uma medida que só peca por ser tardia.



JORGE BRITO PEREIRA
“Partner” da J+Legal



A mudança da Lei não garantirá transparência, senão acompanhada de fiscalização efetiva, sanções proporcionais e cultura de integridade.



JOÃO Q. CAVALEIRO
Fundador e advogado da Cavaleiro & Associados



As iniciativas legislativas nesta matéria [...] [reforçam] a transparência do sistema político português.



MADALENA DIAS PARCA
Associada da MFA Legal & Tech

OPINIÃO



**MARGARIDA MARIA
LUCAS ANA
RODRIGUES FAFE**

Advogada associada principal da
Rogério Alves Advogada associada da
Rogério Alves

Diagnóstico antigo, cura urgente para o Código dos Contratos Públicos

Desde 2008 – ano da sua entrada em vigor – o Código dos Contratos Públicos (CCP) já foi alterado 21 vezes – uma média superior a uma por ano. É certo que parte dessas revisões resultou da necessidade de acompanhar a evolução do direito europeu e do mercado, mas essa sucessão de remendos não disfarça o verdadeiro problema da contratação pública em Portugal: a ausência de uma reforma estrutural, pensada para durar, verdadeiramente ajustada à prática e às necessidades do mercado.

As críticas não são novas, nem brandas. No congresso da Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores que se realizou em março, vozes como Pedro Siza Vieira, Fernando Santo, Fernando Batista e Nuno Silva foram implacáveis e não pouparam críticas ao atual CCP, tratado, sem dó nem piedade, como “imbecil”, “estúpido” e como que não serve “para nada”.

A incontornável verdade, dita com mais ou menos diplomacia, é que o diagnóstico não deixa de ser o mesmo: o CCP tornou-se um obstáculo em vez de um instrumento, um sistema tão intrincado que atrasa, desmotiva e descredibiliza a própria ideia de eficiência da máquina pública, fomentando litígios entre o setor público e o setor privado que sempre deveriam ser evitados.

No dia 1 de outubro, o ministro Adjunto da Reforma do Estado anunciou que a Reforma do Estado passa inevitavelmente pela revisão das leis fundamentais que hoje bloqueiam o sistema, desde logo o CCP. E não lhe falta razão, a realidade é desmoralizante num país onde as entidades públicas ou não decidem, ou decidem tarde, ou, quando decidem, deparam-se com os processos suspensos em tribunal.

Integrar a revisão estrutural do CCP na Reforma do Estado é de louvar, mas sejamos realistas: reconhecer



António Pedro Santos /Lusa

que há margem para simplificar o CCP é admitir que o legislador português passou anos a “ligar o complicómetro”.

Nas várias reações, tanto ao anúncio do Governo como em momentos anteriores, conclui-se que o problema não é a falta de regras, mas o excesso, apontando a maioria das propostas na mesma direção, que passa por simplificar o CCP e reforçar a eficiência administrativa.

Entre as alterações mais consensuais destaca-se a necessidade de aumentar os valores dos ajustes diretos e consultas prévias, congelados há anos, muito abaixo dos limites permitidos a

Reconhecer que há margem para simplificar o CCP é admitir que o legislador português passou anos a “ligar o complicómetro”.

nível europeu e desajustados face à inflação e à realidade do mercado.

A esta proposta somam-se outras medidas amplamente defendidas, como a fixação de prazos máximos para os relatórios do júri e as decisões das entidades adjudicantes, a simplificação dos procedimentos

de menor valor, a consulta informal ao mercado obrigatória em fase prévia, a uniformização das minutas das peças procedimentais, a revisão das regras de modificação dos contratos, etc.

Não obstante, impõe-se abordar o “elefante na sala”: a falta de clareza na definição dos critérios de escolha do procedimento de formação de

contratos que assola o CCP, excessivamente complexo e pouco claro, acumulando múltiplos critérios, exceções e remissões.

Esta arquitetura normativa labiríntica gera na Administração Pública insegurança jurídica na escolha do procedimento, potenciando opções inadequadas que, além de lesarem a prossecução do interesse público, alimentam a litigância que há muito paralisa a contratação pública.

Trata-se de um tema de base, uma vez que o procedimento e a sua escolha são a génese dos contratos públicos. Qualquer ilegalidade nesta fase inicial comunica-se à decisão de adjudicação e, por sua vez, à invalidade subsequente do contrato celebrado – tanto mais que o próprio CCP, desde 2021, revela incongruências de fundo quanto às consequências da violação destas regras de escolha do procedimento.

Urge reformar o CCP neste aspeto para garantir a segurança jurídica e eficiência administrativa desde o momento inicial da formação dos contratos públicos e, assim, promover as escolhas procedimentais adequadas à satisfação das necessidades públicas.

Mas não só. Uma revisão que descomplique, que seja coerente e que torne o CCP num edifício normativo funcional que beneficie tanto as entidades que contratam e gerem contratos públicos como os operadores económicos que deles dependem, adaptando-o à realidade do mercado e estimulando o investimento em Portugal.

Ao que parece, a mudança, desta vez, não é apenas desejável, mas verdadeiramente urgente, e se o CCP tem sido, até então, o paciente crónico da Administração Pública, talvez a anunciada revisão estrutural seja, finalmente, a cura que a contratação pública há muito reclama. ■

Novo Kia EV4

Pura energia.



Movement that inspires

Desde
30.890€
+IVA*

O novo Kia EV4 não segue tendências, afirma-as. Combina um design aerodinâmico que inspira à condução desportiva com espaço amplo e tecnologia intuitiva, oferece mais de 600km de autonomia e regeneração elétrica inteligente para ir mais longe.



*Kia EV4 DRIVE (58,3 kWh), preço chave na mão, não inclui IVA, com pintura metalizada. Condições válidas para clientes empresa, e limitadas ao stock existente em Portugal Continental até 31/12/2025 (propostas para Ilhas acrescem despesas de transporte). Visual não contratual. Consumo Combinado WLTP (kWh/100km): 14,7 Emissões CO2 WLTP (g/km): 0. Kia EV4 FASTBACK GT-LINE (81,4 kWh) com 787km de autonomia elétrica máxima em ciclo urbano WLTP.

EMPRESAS

COMÉRCIO

Mercadona chega a Lisboa onde há “potencial” para ter 11 lojas

Seis anos depois de ter entrado em Portugal, a retalhista espanhola estreia-se hoje na capital, com um supermercado na Alta de Lisboa. O objetivo é expandir-se na cidade, havendo “potencial” para ter até 11 lojas a “longo prazo”.



Paulo Calado

Diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal, Inês Santos, diz que retalhista pretende ir além das duas lojas anunciadas para Lisboa.

DIANA DO MAR

dianamar@negocios.pt

A Mercadona abre hoje as portas do seu primeiro supermercado em Lisboa e até março inaugura o segundo, mas identifica na capital do país, o único onde opera fora de Espanha, para ir muito mais além, sinalizando “potencial” para ter a “longo prazo” até 11 lojas na cidade.

“O objetivo é continuar a consolidação da expansão na cidade.

O que vemos, em termos de potencial máximo que tem para nós, são 11 lojas a médio e longo prazo”, diz a diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal, Inês Santos, em entrevista ao Negócios.

Este número inclui as duas anunciadas (Alta de Lisboa e Quinta do Lambert), pelo que a explorar todo esse potencial do concelho ficariam a faltar nove. Inês Santos não arrisca assinalar datas no calendário, mas reconhece que apontar até 2030 será demasiado ambicioso: “A cinco anos, se calhar, não será.”

A estreia acontece na Alta de

“2026 será o ano da expansão ao Algarve” com estreia em dose dupla

A Mercadona vai entrar em Faro, Castelo Branco, Vila Real e Beja em 2026, passando a cobrir 16 dos 18 distritos de Portugal Continental, onde chegou em 2019, com o Algarve a destacar-se. “2026 será o ano da expansão ao Algarve. É o que vai marcar o nosso plano de expansão no próximo ano. Vamos abrir duas lojas — Faro e Portimão — e criar 200 empregos”, sublinha a diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal. O plano de expansão ainda está a ser ultimado, mas Inês Santos adianta que, além da chegada ao Algarve, com a abertura em Faro (Vale da Amoreira) e Portimão (Nova Vila Retail Park), prevista para o último trimestre de 2026, como anunciado anteriormente, está confirmada a chegada a mais três distritos. A Faro juntam-se no mapa da expansão Beja, Vila Real e Castelo Branco (Covilhã), adianta ao Negócios. “Vamos manter o ritmo de aberturas que temos tido até agora”, atesta Inês Santos, o que significa que, dada a média de 10 por ano, fica assim por desvendar a localização dos futuros outros cinco supermercados.

18

INVESTIMENTO

Mercadona investiu 18 milhões de euros no supermercado da Alta de Lisboa, que vai também albergar um escritório corporativo.

Lisboa, onde um investimento de 18 milhões de euros levantou um supermercado na Rua Hermínio da Palma Inácio, com uma área de vendas de aproximadamente 1.900 metros quadrados, que permitiu criar 90 postos de trabalho. Um “custo mais avultado do que é habitual” — respeitante só à construção, dado que terreno foi adquirido antes pela retalhista — explicado com “a peculiaridade” de a nova loja estar projetada para acolher “um escritório corporativo”, que servirá de complemento ao de Vila Nova de Gaia, onde fica a sede.

Este escritório deve agregar “cerca de 100 quadros de apoio à operação em áreas como recursos humanos, obras e expansão e alguma parte de compras também. São postos que já estão criados, mas funcionam em escritórios provisórios”, explica Inês Santos, indicando que a mudança deve ter lugar até março do próximo ano.

É também até lá que a Mercadona planeia “cortar a fita” do segundo supermercado na capital. A estreia em Lisboa tinha sido anunciada em “dose dupla” para 2025, mas a abertura na Quinta



Vamos chegar a novos bairros na cidade (...), mas será difícil, por exemplo, virmos a ter um espaço de 1.800 metros quadrados no Chiado.

INÊS SANTOS

Diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal

do Lambert, no Lumiar, foi ligeiramente adiada. “Houve um ajuste à planificação da obra e, portanto, para garantir a abertura a 100%, tivemos uma re-planificação. Ainda estamos a afinar a data, mas será no primeiro trimestre”, justifica.

A diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal não descarta que, no futuro, a cadeia de supermercados avance mais para dentro da cidade, mas admite condicionantes: “Lisboa é uma cidade com muitas centralidades e vamos chegar a novos bairros, mas haverá zonas da cidade em que, naturalmente, será difícil, por nos mantermos fiéis ao nosso modelo de loja. Será difícil, só para dar um exemplo, virmos a ter um espaço de 1.800 metros quadrados no Chiado.”

Contudo, a aposta no perímetro da Área Metropolitana de Lisboa é clara. “É onde estão as nossas lojas que mais vendem”, realça Inês Santos, revelando que o supermercado de Corroios figura como o campeão de vendas, num pódio

que se completa com Massamá (ambos abertos em 2023) e Setúbal (inaugurado em 2022).

“São três lojas que têm maior afluência do que o habitual”, como resultado de um “efeito de concentração” que “se vai diluir à medida que forem abertas novas”. “A Área Metropolitana de Lisboa tem mais de 2,5 milhões de habitantes, pelo que são ainda poucas lojas [menos de 20 no conjunto dos distritos de Lisboa e Setúbal] para muitas pessoas”, aponta a diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal.

A abertura na Alta de Lisboa não será a última de 2025, já que no próximo dia 27 a Mercadona vai inaugurar no Amial, no Porto, o seu quarto supermercado no município, fechando assim o ano com 69 lojas em Portugal, onde chegou em 2019 e definiu como objetivo ter 150.

A Mercadona terminou 2024 com 7.000 trabalhadores, aos quais se juntaram mais 700 com as lojas que abriram em 2025. ■

Vendas online? “Entrarão nos planos a longo prazo”

A Mercadona deu lucro pela primeira vez em 2024 e caminha para o objetivo de o “duplicar” em 2025. Cadeia de supermercados espanhola antecipa um crescimento de dois dígitos nas vendas.

Depois da Sonae, da Jerónimo Martins e do Lidl, a Mercadona figura como a cadeia de supermercados que mais vende em Portugal, com uma quota de mercado na ordem de 8%, mas não tem pressa de chegar ao pódio, ainda que tenha a ambição. A expansão física continua a ser a prioridade “número 1” da retalhista espanhola que pretende ter “uma melhor cobertura territorial” antes de olhar para a possibilidade de oferecer compras online.

“O online entrará nos nossos planos a longo prazo. Creio que depois de termos uma melhor cobertura territorial será algo a abordar. Neste momento, vamos continuar focados em abrir lojas físicas, porque temos uma expansão ainda por fazer. Vamos abrir agora a primeira loja na cidade de Lisboa e ainda não estamos no Algarve”, afirma a diretora de relações institucionais da Mercadona em Portugal, Inês Santos.

A Mercadona, que chegou a Portugal em 2019, tem vindo a crescer significativamente no país, com a abertura de uma média de 10 supermercados ao ano. Em 2024, viu as vendas aumentarem 27% para 1.778 milhões de euros e, pela primeira vez em cinco anos, foi rentável: apresentou um resultado líquido de 7 milhões de euros. Um lucro que o presidente da

Mercadona, Juan Roig, afirmou ter ficado abaixo do esperado, mas que contava “duplicar” em 2025.

Ao Negócios, a pouco mais de um mês do fim de 2025, Inês Santos adianta que espera novamente um crescimento “a dois dígitos” e diz estar confiante no objetivo dos 14 milhões: “Acreditamos que vamos cumprir.”

Apesar do crescimento, para alcançar o pódio em Portugal, a Mercadona precisaria de dar um salto grande, uma ambição que não esconde, mas que também não persegue com uma meta temporal em mente. “Trabalhamos com um nível de exigência alto e a ambição de querermos ser líderes de mercado. Mais do que estar a pensar quando vamos chegar ao pódio, estamos a pensar em quando é que vamos conseguir ter

a nossa expansão feita de norte a sul e bem consolidada. Queremos entrar em mais lares e é assim que vamos conseguir quota”, diz.

E, nesta linha, o “pulmão” da expansão, o Bloco Logístico de Almeirim, em Santarém, o seu maior na Península Ibérica, inaugurado em junho, fruto de um investimento de 290 milhões de euros, onde trabalham mais de 600 pessoas, vai receber, nos próximos dois anos, um reforço de 13 milhões para a automatização de processos em áreas que pressupõem mais esforço físico dos trabalhadores.

Se, por um lado, se afasta das principais retalhistas alimentares em Portugal, desde logo por não fazer promoções e por não ter loja online, por outro, aproxima-se na aposta no pronto a comer, que Juan Roig descreveu, aliás, recentemente, como um “pilar estratégico”.

“Em Portugal nunca abrimos uma loja sem ter o pronto a comer, portanto, é uma aposta clara e temos vindo a fazer mudanças, desde a adaptação recorrente do sortido, à oferta de um melhor serviço (...) claramente como reflexo do crescimento que este negócio tem. É uma secção muito importante para nós”, garante Inês Santos, embora sem dispor de dados sobre o peso que representa. ■DM

14

LUCRO

“Acreditamos que vamos cumprir” a meta de lucros de 14 milhões de euros em 2025 no mercado nacional.

O meu Doutor
grupo saúde

grupoomeuodoutor.pt



Check-up
Dentário
Apenas
9€90



Implantes
Dentários
Desde
30€
(imã*)



Branqueamento +
Higienização oral
Apenas
99€90



*ver condições nas clínicas



Marque já a
sua consulta
de avaliação
sem custos!

Publicidade

EMPRESAS

BANCA

“Adaptem-se ou ficam para trás.” O aviso de Maria Luís à banca

Parte do sistema financeiro europeu está a ser capturado por “players” globais, avisa a comissária. Os bancos do velho continente arriscam-se a perder relevância. Os governos têm de ter coragem política para a consolidação.

HUGO NEUTEL

hugoneutel@negocios.pt

Maria Luís Albuquerque faz soar o alarme: a banca europeia tem de se adaptar ou ficará para trás no sistema financeiro global. E o poder político tem de abraçar a consolidação.

Num longo artigo publicado na *International Banker*, a comissária europeia para os Serviços Financeiros e a União da Poupança e Investimento faz um retrato complexo do momento atual do sistema financeiro europeu.

Começando por sublinhar a robustez da banca europeia — “Na última década, a Europa construiu um dos sistemas bancários mais resilientes do mundo. Os nossos bancos estão mais capitalizados, são mais supervisionados e estão mais preparados para choques do que em qualquer outro momento da história” —, a comissária termina neste ponto o capítulo das boas notícias. “A resiliência é essencial, mas não é suficiente”, atira. “Chegou o tempo de a solidez dos bancos europeus ser acompanhada por um renovado sentido de missão — transformando resiliência em competitividade, prudência em progresso e regulação em incentivo ao crescimento”.

Porquê? A concorrência é global. O mercado europeu não é só servido por bancos do velho continente. Os “players” não europeus com alcance global “estão a capturar segmentos do nosso sistema financeiro, que no passado foram servidos por instituições domésticas”. O aviso: “Os bancos europeus têm de escolher: adaptem-se ou ficam para trás.”

“A Europa continua a depen-

der excessivamente de financiamento baseado em dívida. Temos bancos fortes, mas poucos bancos de investimento com escala e capacidade para acompanhar as empresas da fase startup à liderança global. Os nossos mercados de capitais continuam fragmentados. Demasiadas companhias crescem noutros locais porque não conseguem levantar capital em casa”, lamenta. O resultado “é um paradoxo: a Europa é rica em poupanças, mas pobre em investimentos”.

A banca deve, por isso, “abra-



Os ‘players’ globais estão a capturar segmentos do nosso sistema financeiro.

MARIA LUÍS ALBUQUERQUE
Comissária Europeia



A comissária Maria Luís Albuquerque avisa que a banca europeia pode perder relevância e insiste na consolidação.

Miguel Baltazar

significa um enquadramento fiscal e regulatório que suporte a atividade transfronteiriça, supervisão consistente e que recompense a eficiência e a coragem política para permitir a consolidação quando ela faz sentido económico”, atira.

O reparo de Maria Luís Albuquerque acontece num contexto específico: ao longo dos últimos meses, a Europa assistiu a vários casos de interferência governamental em potenciais fusões, aquisições e tomadas de posição acionista no sistema bancário europeu. Madrid colocou dificuldades à OPA do BBVA sobre o Sabadell, que acabou por falhar. Berlim opôs-se à tentativa de controlo do Commerzbank pelo UniCredit. Em Itália, o executivo de Giorgia Meloni interferiu em vários potenciais negócios. Em Portugal o Governo manifestou o seu “desconforto” com a possibilidade de os espanhóis do CaixaBank comprarem o Novo Banco — que acabaria nas mãos dos franceses do BPCE.

“Em demasiados casos o nosso mercado bancário é fragmentado por barreiras nacionais. Capital e liquidez permanecem encurralados dentro de fronteiras. Fusões transfronteiriças enfrentam obstáculos. Tal protecionismo enfraquece o mercado único, não é compatível com as leis da União Europeia e enfraquecem a competitividade europeia”, considera a responsável europeia e antiga ministra das Finanças de Portugal. Conclusão: “Construir um sistema financeiro amigo da inovação e do risco requer reformas nacionais, incentivos fiscais e abertura a novas formas de financiamento. A Europa não pode ser competitiva se as suas políticas financeiras recompensarem a cautela e o imobilismo mais do que a iniciativa.” ■

çar a tecnologia, otimizar processos e construir modelos de negócio mais inovadores, mais focados no cliente e mais globais”. Um sistema financeiro moderno, defende, não deve evitar a mudança ou a concorrência.

O papel dos Governos

Maria Luís Albuquerque sublinha, no entanto, que a responsabilidade por esta transformação não cabe apenas aos bancos. “Governos e supervisores têm de criar as condições para a ambição florescer. Isto

4º EDIÇÃO

Electric Summit ENERGY FOR LIFE

galp **SIEMENS**

negócios **SÁBADO** **now**

MUNICÍPIO DE AMARANTE **OEIRAS VALLEY**
VALLEY DE OBRAS

20 DE NOVEMBRO 2025 – 9H00

CCB – Centro Cultural de Belém | Sala Almada Negreiros

Portugal vive um momento decisivo.

**A mobilidade e a energia podem transformar-se
na próxima grande vantagem competitiva do país.
É tempo de acelerar.**

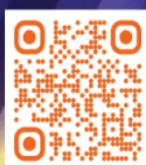
Junte-se à conferência de lançamento do Electric Summit
e participe num debate que cruza visão e conhecimento.
Líderes empresariais, decisores públicos, investigadores e empreendedores
apresentam caminhos para uma mobilidade mais limpa e para
uma transição energética que cria valor na economia portuguesa.

Descubra o que já está a mudar, o que falta desbloquear
e como a sua organização pode ganhar tração.
Conte com uma audiência qualificada
e oportunidades de networking que abrem portas.

Garanta o seu lugar
A transformação começa aqui

KNOWLEDGE PARTNER

EY
Shape the future
with confidence



Saiba mais sobre esta iniciativa
através do QR Code ou em
electricsummit.negocios.pt

EMPRESAS

RESULTADOS

Sonae lucra 200 milhões e fatura mais de 8 mil milhões até setembro

Lucros dos primeiros nove meses foram impulsionados pelos resultados líquidos de 98 milhões de euros no terceiro trimestre. Faturação cresceu após “integrarmos, de forma bem-sucedida, novos negócios”.

RUI NEVES

ruineves@negocios.pt

A Sonae fechou os primeiros nove meses deste ano com um resultado líquido de 200 milhões de euros, mais 55 milhões do que no mesmo período do ano passado, “refletindo a melhoria do desempenho operacional dos negócios e a sólida estrutura financeira”, sustenta o grupo nortenho, em comunicado enviado à CMVM.

Destaque para o aumento homólogo de 34% dos lucros no terceiro trimestre, para 98 milhões de euros, suportado “pela melhoria do desempenho operacional

e pela redução dos custos financeiros, sustentada pela diminuição da dívida líquida e por um menor custo médio da dívida”, explica o grupo controlado pela família Azevedo.

A propósito, Cláudia Azevedo enfatiza, na sua habitual mensagem ao mercado, que “a Sonae avançou ainda mais no seu processo de desalavancagem no trimestre, com a dívida líquida a diminuir para 1,8 mil milhões de euros, impulsionada por uma forte geração de ‘cash flow’”.

Após um ano marcado por níveis de investimento históricos, da ordem dos 1,6 mil milhões de euros, com aquisições como a Musti, a Arenal/Druni e a BCF Life Sciences, a Sonae reporta que in-

vestiu 601 milhões de euros nos últimos 12 meses.

Portefólio “mais forte”

O volume de negócios consolidado da Sonae cresceu 17,2% nos

primeiros nove meses de 2025, para alcançar os 8,16 mil milhões de euros, “com expansão orgânica, reforço de posições de liderança, exploração de sinergias e gestão ativa do portefólio”, aponta a “holding”.

“Após integrarmos, de forma bem-sucedida, novos negócios e consolidarmos parcerias, começamos agora a beneficiar de um portefólio mais forte e coeso”, afiança Cláudia Azevedo, no comunicado enviado ao regulador do mercado de capitais português. “Olhando para o futuro”, a CEO da Sonae promete que o grupo mantém-se focado “em aproveitar a força” do seu portefólio para “captar novas oportunidades de crescimento”. ■

601

INVESTIMENTO

Após um ano marcado por níveis de investimento históricos, a Sonae investiu 601 milhões nos últimos 12 meses.

EMPREENDEDORISMO

Portugal já tem mais de cinco mil startups e exportações valem 1,5% do PIB

Grandes e pequenas, mais ou menos tecnológicas. O ecossistema das startups portuguesas está a crescer e o volume de negócios das mais de cinco mil empresas já ascende a 2,5 mil milhões de euros.

É um ecossistema em constante transformação, com mais nascimentos e poucos desaparecimentos. Portugal ultrapassou um marco ao ter mais de cinco mil startups ativas, e o impacto destas empresas continua a pesar na economia.

Os dados da Startup Portugal, em colaboração com o Informa DB, mostram que estas milhares de startups valem 1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Só este ano, o seu volume de negócios ascendeu, para já, a

2.856 milhões de euros, significando um acréscimo de 9% face a 2024.

Ainda que sejam uma pequena gota num oceano empresarial, maioritariamente comandado por pequenas e médias empresas (PME), estas significam 1% do total de empresas ativas no território nacional.

Mesmo empregando 28 mil pessoas, o salário pago pelas startups é acima da média nacional. O salário está na ordem dos 2.200 euros mensais, significan-

do um aumento de 81% face ao total de empresas.

No que respeita às exportações, estas subiram 5% em termos homólogos para 1.571 milhões de euros em 2025, significando 1,5% do total de exportações do país.

O relatório evidencia ainda as 103 rondas de financiamento entre janeiro e outubro deste ano, sendo que as startups que o fizeram captaram 470 milhões de euros, numa subida face aos 375 milhões do ano passado.

A posição de Portugal mantém-se estável quando comparado com outros ecossistemas globais. Ainda assim, Lisboa e Porto recuam algumas posições quando comparadas com mil cidades mundiais, enquanto Braga, Leiria, Coimbra e Aveiro subiram neste ranking. As cidades de Lisboa e Porto apresentam um ecossistema avaliado em 25 mil milhões e 7,5 mil milhões de euros, respetivamente. ■

INÊS PINTO MIGUEL

AVIAÇÃO

Aeroportos com 10 mil passageiros por hora

Nos meses de julho, agosto e setembro os aeroportos portugueses registaram 22,55 milhões de passageiros, o que corresponde a uma média diária de pouco mais de 245 mil pessoas e mais de 10 mil passageiros por hora, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Comparando com o verão de 2024, há uma subida de 4,6%, que equivale a cerca de mais um milhão de passageiros.

Já nos primeiros nove meses, o número de passageiros atinge 57 milhões, mais 4,75% do que os 54,4 milhões registados no mesmo período de 2024.

O aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, é responsável por 27,45 milhões de passageiros neste período, o que representa 48,1% do total. Segue-se o Francisco Sá Carneiro, no Porto, com cerca de 13 milhões de pessoas, e o de Faro, com 8,44 milhões. No aeroporto algarvio, os três meses de verão representaram 45,5% do total deste ano, enquanto na Invicta o peso de julho, agosto e setembro é de 39%, com mais de cinco milhões de passageiros. Na capital, a sazonalidade esbate-se ainda mais, com o verão, com mais de 10 milhões de passageiros, a pesar apenas 37,3%.

Os aeroportos da Madeira somaram 4,34 milhões de passageiros desde janeiro, tendo o tráfego no verão saltado 16% em termos homólogos, para 1,66 milhões, o que corresponde a 38,2% do conjunto do ano. ■ **pc**

22,5

VERÃO

Nos meses de julho, agosto e setembro os aeroportos nacionais registaram 22,55 milhões de passageiros.



PRÉMIO EUROPEU DE SUSTENTABILIDADE PARA PME

4ª EDIÇÃO

CANDIDATURAS ABERTAS

O **SME EnterPRIZE | Prémio Europeu de Sustentabilidade para PME** é uma iniciativa da Generali Tranquilidade que distingue e dá voz às **PME mais sustentáveis** de Portugal.

Tenha o reconhecimento pelas boas práticas de sustentabilidade da sua PME.

CANDIDATE A SUA EMPRESA

Saiba mais aqui



KNOWLEDGE PARTNER



Shape the future
with confidence

SÁBADO

CORREIO



NEGÓCIOS INICIATIVAS PRÊMIO NACIONAL DA AGRICULTURA

“Não vale a pena beber água através de uma alface”

O longo dos últimos 100 anos, a proporção de água nos alimentos tem vindo a aumentar, o que reflete a perda de qualidade nutricional.

FILIPE S. FERNANDES

A sustentabilidade na agricultura é muito mais do que uma palavra da moda. É uma questão de sobrevivência. Para Maria do Céu Costa Godinho, professora adjunta da Escola Superior Agrária de Santarém, sem solo saudável, não há futuro. “A fábrica agrícola, os tijolos, as paredes, o teto, são os recursos naturais. Essa tem de ser absolutamente suportada e tem de ser preservada”, explica, sublinhando que o pilar ambiental da sustentabilidade é incontornável. As afirmações foram feitas no segundo episódio do podcast “Agricultura do Feminino”, uma iniciativa integrada na 14.ª edição do Prémio Nacional de Agricultura, promovido pelo BPI, Jornal de Negócios e Correio da Manhã, com os apoios do Ministério da Agricultura e do Mar e da PwC.

“O pilar ambiental é essencial porque não há agricultura do futuro se não deixarmos o solo como o encontramos, como o recebemos, ou talvez até um bocadinho melhor”, sublinhou Maria do Céu Costa Godinho. Alertou, ainda, que “o mundo percebeu que já não vai ser capaz de, a tempo, recuperar o número de hectares de área agrícola que foi sendo destruído pelas práticas erradas de mobilização, de fertilização, de condução, de exploração do solo.”

Na sua opinião, não existem soluções miraculosas ou sistemas de produção desligados da terra.

“Deixemo-nos de romantismos ou de ilusões. Vamos precisar do solo para nos alimentarmos. Não vale a pena acharmos que as culturas sem solo nos vão alimentar. Porque um tomate a saber a tomate vem do solo”, referiu.

A revolução nutricional

“O componente que tem mais aumentado nos alimentos nos últimos 100 anos tem sido a água. Não vale a pena beber água através de uma alface. Se quiser beber água, bebo água, não vou é comprar alface para beber água”, surpreendeu Maria do Céu da Costa Godinho, referindo-se à qualidade nutricional dos alimentos.

Referiu estudos que demonstram como a densidade nutricional dos alimentos tem vindo a crescer em função dos métodos de produção. Destacou a emergência de uma nova abordagem científica que está a revolucionar a forma como olhamos para a produção agrícola. “Neste momento está em cima da mesa a temática de uma só saúde, que relaciona aquilo que é o solo com a saúde humana, passando pelas plantas e pelos animais e que faz a ligação incrivelmente interessante entre a microbiologia do solo e a microbiologia do nosso intestino”, sublinhou Maria do Céu da Costa Godinho.

Esta perspetiva holística está a aproximar áreas que tradicionalmente dialogavam pouco. “Neste momento, a nutrição e a medicina, como nunca antes, estão muito interessadas em saber de que forma os agrónomos e os agricultores produzem os alimentos. Até há pouco tempo, não se tinham mostrado muito preocupadas

com isso”. A sua conclusão é que “os agrónomos, os médicos e os nutricionistas têm que se entender de uma vez por todas”.

A biodiversidade em projetos

Maria do Céu da Costa Godinho coordena dois projetos que colocam estes princípios em prática. O primeiro, o RedeSusTerra, apoia a transição agroecológica através da introdução de biodiversidade nas parcelas agrícolas.

“Cada vez que o agricultor entra numa parcela agrícola, provoca um impacto. Mobiliza o solo, destrói micorrizas. Mobiliza não, corta, não. Há sempre impacto. E há uma coisa que, introduzida numa parcela agrícola, vai sistematicamente mitigar, minimizar as consequências desse impacto. E essa palavra chama-se biodiversidade. Se nós introduzirmos vida no sistema, essa vida multiplica-se.” O segundo projeto que coordena foca-se num desafio ainda maior: melhorar a saúde do solo em sistemas de monocultura intensiva no Vale do Tejo. A abordagem é pragmática. “As soluções não são encontradas na academia, à volta da mesa, e depois chegamos lá com uma soluçãozinha para quem vai utilizar. À volta da mesa está o senhor agricultor, que diz se gosta ou não gosta daquela solução. E se aquela solução agrada, então seguimos. Se aquela solução não agrada, temos que dar a volta e ir por outra.” Maria do Céu Costa Godinho deixa um apelo aos decisores políticos: “Precisamos de tempo. Porque em agricultura, temos que dar tempo às coisas.” ■

Maria do Céu Costa Godinho defende que a sustentabilidade agrícola começa no solo e exige tempo, biodiversidade e cooperação entre agrónomos, médicos e nutricionistas.



VEJA O VIDEOCAST EM
WWW.NEGOCIOS.PT



Utilize a câmara do seu telemóvel para ler o código QR e assistir ao videocast "Agricultura no Feminino".

O impacto dos licenciados em ciências agrárias na agricultura

Maria do Céu Costa Godinho defende uma revolução no ensino superior agrário com menos transmissão de informação e aposta mais na inspiração e na curiosidade dos alunos para que tenham impacto.

Duarte Roriz



"Cada vez menos a nossa atividade e o nosso papel dentro da sala de aula é transmitir informação. A informação está hoje disponível de uma forma quase assustadora, no sentido da facilidade com que lhe conseguimos aceder", explica Maria do Céu Costa Godinho, professora adjunta da Escola Superior Agrária de Santarém, onde leciona há três décadas, no segundo episódio do podcast "Agricultura do Feminino", uma iniciativa integrada na 14.ª edição do Prémio Nacional de Agricultura, promovido pelo BPI, Jornal de Negócios e Correio da Manhã, com os apoios do Ministério da Agricultura e do Mar e da PwC. Reconhece que os desafios são diários. "Esta geração tem uma dificuldade enorme de estar atenta durante um período longo a um discurso oral, seja ele qual for, e com os suportes pedagógicos que temos. É difícil, porque os estímulos são muitos", admite. Defende que é necessário "aguar a criatividade e a curiosidade, muito mais do que passar informação".

Maria do Céu Costa Godinho recorda um episódio recente que ilustra bem esta problemática. "Esta semana tive um convidado na escola a dar uma palestra, muito bom orador, e quando saímos os estudantes estavam encantados com aquela oratória e a certa altura dizia um dos estudantes: há muito tempo que não estou uma hora e meia com tanta atenção."

Na sua opinião, o ensino que se ministra hoje nada tem a ver com o que recebeu.



Patricia Matos e Maria do Céu Costa Godinho no podcast "Agricultura do Feminino".

Duarte Roriz

O videocast da agricultura no feminino

"Agricultura no Feminino" é um videocast ligado ao Prémio Nacional de Agricultura, uma iniciativa do BPI, do Jornal de Negócios e do Correio da Manhã, que conta com os apoios do Ministério da Agricultura e do Mar e da PwC, que vai na 14.ª edição. Esta iniciativa pretende destacar várias vertentes da agricultura, sobretudo nas áreas da sustentabilidade e da inovação, essenciais para uma agricultura no futuro. O videocast, "Agricultura no Feminino", pretende olhar para o papel das mulheres no setor agrícola, observar a transformação que as mulheres impõem, como lideram, empreendem e inovam e como inspiram as novas gerações, como implementam novos modelos de liderança para atrair também outras mulheres para este setor.

"Há 30 anos que fiz a minha formação e nunca tive aulas como damos aulas. A forma como ministramos duas horas ou três horas de um período de aula integrado numa unidade curricular mudou muitíssimo." Atribui essa mudança ao Processo de Bolonha, que "colocou o estudante no centro, ou seja, passou a ser o centro do processo ensino-aprendizagem, o estudante é dono da sua aprendizagem."

Projetos reais, impacto real

Para Maria do Céu Costa Godinho, o ensino superior agrário só faz sentido quando articulado com projetos de experimentação e resolução de problemas reais. "A agronomia é uma engenharia, e estamos a construir um edifício de conhecimento para podermos ser capazes de resolver problemas no mundo. Quanto mais cedo começarmos essa abordagem com os estudantes, porventura melhor ficarão eles formados para essa forma de abordar a atividade profissional", reflete.

A integração de estudantes em projetos com a comunidade é essencial. "Os estudantes entram num processo real, real cases, em que fazem o seu trabalho em algo que está a acontecer no momento. Identificar os problemas, construir os mind maps de soluções, e irmos por um caminho que escolhemos, que achamos que é o melhor, em equipa, e depois fazerem os seus trabalhos", afirma Maria do Céu Costa Godinho.

Sobre a redução de colocações nas ciências agrárias, que representam cerca de 5% do ensino superior português, Maria do Céu Costa Godinho prefere não dramatizar. "Entraram poucos, saíram alguns. E esses alguns, que impacto é que vão ter? Não só naquilo que vai ser a sua atividade profissional, mas também naquilo que vai ser a sua função, muitas vezes relacionada com o setor, porque são filhos de empresários agrícolas, que necessitam urgentemente de introduzir tecnologia, de novidade, conhecimento." Para a professora da Escola Agrária de Santarém, o debate deveria centrar-se mais no impacto dos profissionais formados do que nos números de entrada.

Maria do Céu Costa Godinho sublinha ainda que a informação sobre as colocações é muitas vezes incompleta: "Não entram pela via do concurso nacional de acesso. Mas depois temos muitas outras vias de acesso ao ensino superior e se formos agora ver o número de pessoas que estão nas turnas de agronomia nas várias instituições, garanto-lhe que não é zero." ■

MERCADOS



À exceção da Teixeira Duarte é esperado que todas as cotadas do PSI paguem dividendos em 2026.

BOLSA

Dividendos do PSI a caminho de novos recordes em 2026

Seguindo a tendência mundial, o clube de pequenos acionistas Maxyield antecipa que as 16 cotadas do principal índice nacional distribuam mais de 3,2 mil milhões de euros no próximo ano, alcançando assim um novo recorde.

DIOGO MENDO FERNANDES
diogofernandes@negocios.pt

As cotadas mundiais estão a distribuir um montante recorde de dividendos este ano e assinalaram um novo máximo de 518,7 mil milhões de dólares (448 mil milhões de euros ao câmbio

atual) no terceiro trimestre do ano. Portugal não é exceção, numa tendência que se deverá prolongar e as empresas do principal índice nacional, o PSI, deverão também distribuir um recorde de 3,2 mil milhões de euros em 2026.

As projeções da Maxyield – clube de pequenos acionistas, a que o Negócios teve acesso, antecipam um crescimento de 5% na distribuição dos lucros de 2025.

Esta evolução é explicada maioritariamente pelos pesos pesados da bolsa de Lisboa, – ou seja, as empresas com maior capitalização bolsista – como a Galp, o BCP e a EDP, que deverão representar 58% dos dividendos estimados distribuídos em 2026, de 65,35 e 20 céntimos por ação, respetivamente. Ao contrário do último ano, em que o “payout” (a percentagem dos lucros distribuída aos acionistas) tinha aumentado, a ex-

pectativa é que caia para a fasquia dos 50%, fixando-se em 56%.

No acumulado de 2025, o clube de pequenos acionistas aponta a um novo recorde de lucros das 16 cotadas do PSI, com o resultado líquido a chegar aos 5,7 mil milhões de euros, uma subida de 32% face ao ano anterior e assinalando o segundo maior aumento dos últimos cinco anos. Apesar da tendência ser positiva, é reconhecida uma “dicotomia” entre as co-

tadas. Altri, Corticeira Amorim, Nos, Navigator e Semapa deverão registar uma queda dos lucros e a Ibersol deverá manter. A EDP, EDP Renováveis e Galp serão as mais beneficiadas do efeito base nos lucros, uma vez que tiveram impactos negativos de resultados não recorrentes em 2024.

A EDP e a Galp, tal como o BCP, a REN e a Sonae têm referências de dividendos predefinidos, ao passo que os CTT, Jeróni-

Tiago Sousa Dias

OITO COTADAS VÃO PAGAR MAIS

Dividendos pagos em 2025 e estimativas para 2026, em euros

Só duas das 16 empresas do PSI deverão pagar menos dividendos em 2026, a Altri e a Navigator. Entre as 13 restantes, cinco devem manter e oito subir. O dividendo mais elevado é pago pela Ibersol, de 70 cêntimos por ação, seguida pela Jerónimo Martins que deverá ultrapassar a Galp.

Cotada	2025	2026	Varição
Altri	0,3	0,25	-17%
BCP	0,03	0,035	17%
Corticeira Amorim	0,32	0,32	0%
CTT	0,17	0,2	18%
EDP	0,2	0,2	0%
EDP Renováveis	0,08	0,105	31%
Galp	0,62	0,65	5%
Ibersol	0,7	0,7	0%
Jerónimo Martins	0,59	0,655	11%
Mota-Engil	0,1497	0,163	9%
Navigator	0,24606	0,21	-15%
Nos	0,4	0,4	0%
REN	0,157	0,16	2%
Semapa	0,626	0,626	0%
Sonae	0,05921	0,0622	5%
Teixeira Duarte	0	0	0%

Fonte: Bloomberg e Maxyield

mo Martins, EDP Renováveis, Mota-Engil, Corticeira Amorim e Semapa fazem depender a remuneração acionista dos resultados e dentro de uma faixa de estável de "payout". Fora desta lista ficam cotadas que têm uma distribuição previsível de dividendos, com base em exercícios anteriores, como a Altri, Navigator e Nos.

A previsão é que oito empresas subam os dividendos, seis mantenham as políticas (incluindo a Teixeira Duarte, que não paga) e duas desçam a remuneração: Altri e Navigator. As duas cotadas do setor da pasta e papel têm registado resultados abaixo do esperado este ano. A empresa liderada por António Redondo viu os

lucros caírem mais de 50% até setembro, justificando o impacto da "pressão sobre os custos de energia (...) com impactos indiretos nos custos de produtos químicos, logística e materiais de embalagem, e pela correção acentuada dos preços da pasta na China após abril". Ainda assim, antecipa menor incerteza e projeções de crescimento mais favoráveis para os últimos três meses do ano. A Altri só apresenta as contas dos primeiros nove meses do ano no final de novembro.

Europa ultrapassa EUA em crescimento

O expectativa de consecutivos aumentos dos dividendos em Portu-

gal alinha numa perspetiva europeia. Aliás, ao contrário do que acontece habitualmente, as cotadas europeias, excluindo o Reino Unido, registaram até setembro um crescimento superior aos Estados Unidos, de 6,1% e pagaram 30 mil milhões de euros aos acionistas, de acordo com um relatório do Capital Markets Group.

Para o acumulado de 2025, os analistas esperam um salto de 5,8% para um novo máximo histórico de 2,08 biliões de dólares. O terceiro trimestre foi mais um período de recordes – dando continuidade a consecutivas subidas em todos os trimestres dos últimos quatro anos – com o pagamento deste tipo de remuneração acionista a chegar aos 518,7 mil milhões de dólares, com 88% das empresas a manter ou a aumentar os dividendos.

A expectativa de Christophe Braun, diretor de investimentos em ações do Capital Group é que o crescimento se mantenha, uma vez que "os dividendos podem ser uma âncora em tempos de incerteza e, ao acompanhar as tendências dos dividendos, os investidores obtêm uma visão mais profunda do desempenho e da resiliência de uma empresa". ■

3,2

DIVIDENDOS

As cotadas do PSI deverão distribuir um recorde de 3,2 mil milhões de euros em dividendos em 2026.

5,7

LUCROS

A Maxyield antecipa que as 16 empresas do principal índice nacional lucrem 5,7 mil milhões de euros este ano.

CRIPTOATIVOS

Como vão funcionar os pagamentos com stablecoins?

O novo serviço, anunciado ontem pela Visa, ainda está numa fase inicial, mas a empresa prevê que ganhe escala já no próximo ano.

Com as "stablecoins" a entrarem em força no sistema financeiro tradicional, a gigante dos pagamentos Visa está a avançar com um projeto piloto que permite que empresas e plataformas transfiram dinheiro e façam pagamentos diretamente para as carteiras digitais destas criptomoedas indexadas a um ativo mais seguro, como é o caso do dólar.

A empresa já está a integrar alguns parceiros selecionados no serviço, deixando de lado os tradicionais cartões e contas bancárias, e planeia um "acesso mais amplo" para o próximo ano. O novo serviço vai ser integrado na Visa Direct, a plataforma que permite que utilizadores finais transfiram dinheiro a nível global. "Os pagamentos podem ser financiados em moeda fiduciária, enquanto os destinatários podem optar por receber os fundos em 'stablecoins' indexadas ao dólar americano", escolhendo a proporção do pagamento que pretendem receber neste tipo de ativos digitais, segundo a Visa.

O objetivo passa por tornar os pagamentos mais rápidos: "Esta inovação aumenta o alcance da Visa Direct, e permite, por exemplo a criadores, freelancers e 'marketplaces', um valor estável e acesso mais rápido aos seus fundos, mesmo em mercados com volatilidade cambial ou infraestruturas bancárias limitadas", acrescenta a empresa.

Todas as transferências ficam registadas permanentemente na "blockchain", uma rede descentralizada que permite a partilha de dados a nível global. A Visa destaca mesmo esta transparência como uma das vantagens do projeto, ao permitir "auditoria, conformidade e confirmação de recebimento" para cada pagamento. Assim que a transferência é

realizada, os utilizadores podem manter as "stablecoins" na sua carteira digital ou convertê-las numa moeda fiduciária.

A expansão da Visa para o mercado das criptomoedas acontece numa altura em que o interesse institucional por este tipo de ativos tem crescido a todo o gás, com a chegada de enquadramentos regulatórios em dois dos maiores mercados mundiais – na União Europeia, com o Regulamento Europeu sobre o Mercado de Criptoativos (MiCA), e nos EUA, com o Genius Act. Chega ainda num contexto em que as "stablecoins" já movimentam mais dinheiro todos os anos do que a própria Visa e a sua rival Mastercard, de acordo com dados do Deutsche Bank.

Apesar de o maior interesse institucional já ter levado à criação de várias "stablecoins" indexadas ao euro e a outras moedas fiduciárias, o dólar norte-americano continua a dominar o mercado. Apesar da proliferação no número destas moedas digitais, o mercado continua bastante concentrado: 90% da capitalização está centrada em dois grandes emissores, a Tether e a Circle, apesar de a primeira não poder operar na União Europeia, uma vez que não possui todos os requisitos necessários estabelecidos no MiCA.

A necessidade de acelerar as transferências a nível global está patente num novo estudo, encomendado pela empresa, que foi apresentado na edição da Web Summit que decorre em Lisboa. De acordo com o Monetized: Visa 2025 Creator Economy Report, mais de metade dos criadores digitais cita o acesso instantâneo a fundos como a maior motivação para escolherem pagamentos virtuais para o tipo de trabalho que realizam. ■

RICARDO SILVA JESUS

NEGÓCIOS INICIATIVAS JOGO DA BOLSA

INVESTIMENTOS

“Short-selling” e alavancagem entre as estratégias favoritas dos jogadores

Como manda a tradição, o final do ano tem sido positivo para os mercados acionistas, com as bolsas europeias e norte-americanas em máximos históricos. Mas, à procura de ganhos rápidos num curto período de tempo, os concorrentes nas posições cimeiras do Jogo da Bolsa têm optado por ativos com maior risco. As criptomoedas são habitualmente um dos favoritos e mesmo o mau momento não tem demovido o investimento nesta classe de ativos.

Maria Goethe, estudante universitária na quinta posição, confessa que tem tentado “investir com muito risco e ter rentabilidade de rápida no curto prazo”. O mais recente investimento foi em “gás

natural e ethereum, que permitiram alguma alavancagem”.

Também Gonçalo Carreira da Silva, consultor de tecnologia à porta do top 10, aproveitou a desvalorização das criptomoedas para uma operação de “short-selling” (venda a descoberto) de ethereum. Até ao final da semana passada o valor de todas as criptomoedas juntas tinha caído cerca de 20%, o que levou a que o seu valor de mercado atingisse níveis abaixo da capitalização registada momentos antes de Donald Trump tomar posse como o novo Presidente norte-americano em janeiro deste ano. É caso para dizer que a aposta na queda da criptomoeda veio no momento certo. A par disso, Gonçalo Carreira

da Silva conta com CFD (contratos por diferença, que permitem especular sobre o preço dos ativos) sobre o Nasdaq e o Nasdaq 100, índices fortemente tecnológicos. Daqui para a frente, o jogador mostra-se mais indeciso, tendo em conta o atual momento do setor cripto – que acompanha habitualmente nos investimentos reais. “Tenho agora de perceber qual a construção de mercado das criptomoedas”, sendo que estas deverão manter-se na sua carteira por serem “ativos voláteis” e, por isso, ser mais fácil beneficiar das flutuações de preço.

Por seu lado, Maria Goethe explica que na carteira real tem ações de empresas chinesas, mas que não tem certezas quanto aos

investimentos futuros no Jogo da Bolsa. “Estou a tentar perceber como funciona e vou pesquisando empresas e investindo nelas”, disse ao Negócios.

Certo é que o caminho não está facilitado, tendo em conta os máximos do mercado acionista. Por outro lado, depois de outubro, um mês particularmente mau para o setor cripto e para a maior criptomoeda do mundo, o bitcoin, – que registou o seu primeiro saldo mensal negativo desde 2018 – os analistas não se comprometem. A recuperação não deverá ser imediata, uma vez que não se antecipam catalisadores. Existem, no entanto, sinais de que o setor possa estar a recuperar com mais capital a entrar em ETF cripto. ■

JOGO DA BOLSA
3 a 28 de novembro

O Jogo da Bolsa já está no terreno e termina a 28 de novembro. As diversas classificações serão divulgadas nos dias úteis no site jogodabolsa.jornaldenegocios.pt e na versão impressa do Jornal de Negócios. Até ao final da iniciativa estas classificações serão sempre provisórias e poderão ser alvo de correções. Todos os dias é retirada uma classificação provisória da Classificação Global, da Classificação Universitária e da Classificação Universo ISCTE Business School, que é divulgada no dia seguinte também no jornal impresso. Às terças-feiras é divulgado o vencedor semanal. O Jogo da Bolsa 2025 é um passatempo organizado pelo Negócios em parceria com a GoBulling e com o ISCTE Business School, e ainda o apoio do Caldeirão de Bolsa.

CLASSIFICAÇÃO GERAL - DIA 12 DE NOVEMBRO

DADOS PROVISÓRIOS RETIRADOS ÀS 17 HORAS

Código do utilizador	Valor da carteira	Val. (%)
1 react25	192 491,07 €	92,49%
2 Cátia	186 193,11 €	86,19%
3 Itisil000	181 823,71 €	81,82%
4 Marco082	174 690,05 €	74,69%
5 Maria Goethe	159 037,12 €	59,04%
6 epilif1979	148 290,81 €	48,29%
7 RicardoGomes	141 254,97 €	41,25%
8 afinvestmentspt	141 121,35 €	41,12%
9 Saraquintela	139 139,23 €	39,14%
10 tiagop	138 627,07 €	38,63%
11 cserrra87	136 871,04 €	36,87%
12 claudinho	135 518,08 €	35,52%
13 CACO1957	130 039,90 €	30,04%
14 gundisalvus_7	128 385,71 €	28,39%
15 Miranda84	128 279,36 €	28,28%
16 dive1033	124 239,87 €	24,24%
17 santamariamayor	122 138,93 €	22,14%
18 KRIS	121 980,90 €	21,98%
19 DiogoSantana	120 873,89 €	20,87%
20 pedronunes54	119 571,55 €	19,57%
21 neovigildelousada	119 290,21 €	19,29%
22 Diogo Oliveira	115 935,83 €	15,94%
23 ojaosousa1996	115 703,95 €	15,70%
24 Flavio	115 658,57 €	15,66%
25 humbertocapitalista	114 963,76 €	14,96%

Código do utilizador	Valor da carteira	Val. (%)
26 Tpires2013	114 927,36 €	14,93%
27 LudgeroTeixeiraaaa	114 873,74 €	14,87%
28 Bota1997	114 620,32 €	14,62%
29 etruden	114 323,76 €	14,32%
30 AndreGoncalves1	114 212,10 €	14,21%
31 Nuno Carvalho	113 393,25 €	13,39%
32 Clown	113 318,53 €	13,32%
33 MiCampos	113 064,93 €	13,06%
34 TPetro	111 823,18 €	11,82%
35 Kingcabaco	111 621,71 €	11,62%
36 rmfernandes79	111 495,89 €	11,50%
37 ruicampos	110 483,47 €	10,48%
38 Levi 1993	110 421,28 €	10,42%
39 rogeriolima	109 652,83 €	9,65%
40 Grizzly_73	109 604,06 €	9,60%
41 bicfil	109 566,02 €	9,57%
42 Luis cruz	109 553,10 €	9,55%
43 LilianaGomes	108 700,53 €	8,70%
44 JOÃO BORGES	108 160,67 €	8,16%
45 diogofarto	107 718,08 €	7,72%
46 FBRAZAO	107 609,74 €	7,61%
47 JPLM	106 675,89 €	6,68%
48 tubaraol23	106 468,22 €	6,47%
49 thiagosrodr	106 373,61 €	6,37%
50 pmendes	106 180,76 €	6,18%

CLASSIFICAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Código do utilizador	Valor da carteira	Val. (%)
1 Cátia	186 193,11 €	86,19%
2 Maria Goethe	159 037,12 €	59,04%
3 RicardoGomes	141 254,97 €	41,25%
4 Diogo Oliveira	115 935,83 €	15,94%
5 Tpires2013	114 927,36 €	14,93%
6 AndreGoncalves1	114 212,10 €	14,21%
7 MiCampos	113 064,93 €	13,06%
8 TPetro	111 823,18 €	11,82%
9 rogeriolima	109 652,83 €	9,65%
10 MatildeCoelho	105 407,28 €	5,41%
11 29Paupério	104 839,85 €	4,84%
12 patinhoo	103 797,85 €	3,80%
13 joralexsl179	103 450,99 €	3,45%
14 AlexandreBoyko	103 401,84 €	3,40%
15 Joka	103 002,94 €	3,00%
16 Joana Almeida	102 350,30 €	2,35%
17 Eduardo Almeida1	102 096,16 €	2,10%
18 JoaoKM	101 778,87 €	1,78%
19 Pikachu	101 406,47 €	1,41%
20 afonsopinheiro	101 172,13 €	1,17%
21 Sandra Soares	100 880,33 €	0,88%
22 BernardoSousa	100 821,41 €	0,82%
23 PedroRochaFinance	100 733,79 €	0,73%
24 pixebek	100 657,37 €	0,66%
25 Marcocarvalho11	100 636,72 €	0,64%

CLASSIFICAÇÃO UNIVERSO ISCTE BUSINESS SCHOOL

Código do utilizador	Valor da carteira	Val. (%)
1 cserrra87	136 871,04 €	36,87%
2 DiogoSantana	120 873,89 €	20,87%
3 Diogo Oliveira	115 935,83 €	15,94%
4 AndreGoncalves1	114 212,10 €	14,21%
5 TPetro	111 823,18 €	11,82%
6 Luis cruz	109 553,10 €	9,55%
7 JPLM	106 675,89 €	6,68%
8 RVicente	106 115,74 €	6,12%
9 MatildeCoelho	105 407,28 €	5,41%
10 patinhoo	103 797,85 €	3,80%
11 Gutiiil	103 733,12 €	3,73%
12 Rui Baptista	103 222,09 €	3,22%
13 Damigz	102 875,26 €	2,88%
14 herbatys	102 722,55 €	2,72%
15 Eduardo Almeida1	102 096,16 €	2,10%
16 Dario Martins	101 813,54 €	1,81%
17 memb	101 559,46 €	1,56%
18 Bruno Soutilha	101 434,69 €	1,43%
19 afonsopinheiro	101 172,13 €	1,17%
20 Sandra Soares	100 880,33 €	0,88%
21 RMP1963	100 839,70 €	0,84%
22 giRf1	100 662,29 €	0,66%
23 pixebek	100 657,37 €	0,66%
24 joaospereira	100 589,42 €	0,59%
25 Berna	100 533,32 €	0,53%

Aprenda a investir como os tubarões

Com 100.000€ virtuais, jogue no mercado financeiro e liberte o investidor que há em si.

Participe no Jogo da Bolsa 2025 e habilite-se a prémios exclusivos.



JOGO 2025 DA BOLSA

jogodabolsa.negocios.pt





Como a IA está a transformar os negócios

O Negócios, em parceria com a PONTUAL – IT Business Solutions, lança um novo podcast que explora o impacto da Inteligência Artificial na economia. Com líderes de grandes empresas como convidados e com análises aprofundadas, oferece uma visão clara das oportunidades e dos desafios para empresas e profissionais.

negocios

Tem as respostas.

Em parceria com:

pontual
IT BUSINESS SOLUTIONS

Ouçá agora:



OPINIÃO

A COR DO
DINHEIRO**CAMILO LOURENÇO**Analista de Economia
camilolourenco@gmail.com

Pôr a poupança no mercado de capitais

A ministra do Trabalho anunciou no parlamento que o Governo está a preparar o lançamento de contas-poupança. A ideia é criar outros instrumentos financeiros (ao estilo das ISA do Reino Unido e IRA dos UA), para além dos existentes, em que os portugueses podem aplicar o aforro.

A ideia é bem-vinda. Os portugueses (e os europeus em geral) são demasiado conservadores em matéria de investimentos. Só em depósitos estão aplicados 197 mil milhões de euros segundo o Banco de Portugal. Qual é o problema dos depósitos (a prazo)? Rendem taxas de juro

pouco superiores a 1,2% o que, deduzidas do IRS (28%) e da taxa de inflação, dá rentabilidade negativa. Daí a ideia de criar outros instrumentos financeiros que proporcionam benefícios fiscais. De que benefícios estamos a falar? Não sabemos. Rosália Ramalho remeteu a questão para o ministro das Finanças, que está a estudar o assunto.

O governo devia enquadrar a criação de novos instrumentos financeiros numa estratégia nacional que passe por rever todo o enquadramento da Segurança Social, na componente das pensões. No parlamento a ministra referiu-se à comissão

liderada pelo professor Jorge Barros, que está a rever a Segurança Social, cujas fundações estão a ser abaladas pelas alterações demográficas.

É por isso que o Governo devia lançar uma estratégia nacional que encoraje os portugueses a apostarem em regimes complementares à reforma pública (assegurada pela Segurança Social). As contas-poupança seriam apenas um dos instrumentos financeiros que serviriam este objetivo. É altura de olhar de frente para o problema das pensões, cujo sistema está falido... ao contrário do que diz a generalidade da classe política. ■

OURO,
INCENSO
E BIRRA**CATARINA MILAGRE**Jurista e advogada de
Direito Público,
especializada na área de
Energia e Recursos Naturais

A transição energética é mais cultural do que tecnológica

Falamos da transição energética como se fosse apenas uma questão de tecnologia: painéis solares, hidrogénio verde, baterias e algoritmos. Medimos o sucesso em gigawatts instalados e toneladas de CO2 evitadas, mas o verdadeiro desafio da transição não é técnico — é cultural. Porque mudar sistemas é fácil; mudar mentalidades, muito menos.

A transição energética exige mais do que inovação: exige introspeção. Continuamos a tratar a energia como um direito absoluto, ilimitado, sempre disponível ao toque de um botão. Acreditamos que basta substituir fontes fósseis por renováveis para resolver o problema, como se a mudança de combustível implicasse automaticamente a mudança de modelo. É uma ilusão conveniente: que podemos continuar iguais, apenas com uma aura verde.

A cultura da abundância sobrevive dentro da própria sustentabilidade. Multiplicamos carros elétricos, mas mantemos a lógica de posse individual e o culto da mobilidade privada. Falamos de "cidades verdes", mas resistimos a



Daniel Mora

reduzir o espaço do automóvel. Prometemos "crescimento limpo", mas continuamos a medir a prosperidade pela expansão material. A tecnologia, por mais avançada, não corrige esta contradição — apenas a disfarça.

Também o Direito procura acompanhar esta metamorfose. Cria taxonomias, metas de descarbonização, relatórios ESG e instrumentos de compensação, mas as normas, por si só, não transformam culturas. Podem impor comportamentos, nunca convicções. E a

transição energética precisa de convicções coletivas — de uma ética partilhada, de responsabilidade e de limites.

O problema é que a cultura dominante foi construída sobre a negação do limite. A ideia de contenção soa regressiva numa sociedade que há décadas confunde liberdade com consumo. Queremos sustentabilidade sem abdicar do conforto, transição sem fricção, mudança sem perda. Falta-nos aceitar que a energia limpa não é apenas uma questão de origem, mas tam-

bém de uso e de moderação.

A transformação necessária é, portanto, de valores. Exige repensar o que significa progresso e questionar a própria ideia de bem-estar. Implica compreender que a energia não é apenas um produto económico, mas um vínculo social e ético: a forma como a produzimos, distribuimos e consumimos revela quem somos e aquilo a que damos prioridade.

Talvez por isso a transição avance tão lentamente. Porque não é a tecnologia que falta, é a disposição para mudar de vida. Queremos um planeta sustentável, mas sem alterar o modo de habitar o mundo. A transição energética é, afinal, um espelho: devolve-nos a imagem de uma civilização que sabe o que precisa de fazer, mas ainda hesita em fazê-lo.

No fim, a energia decisiva não virá do vento nem do sol, mas da imaginação e da coragem moral para redefinir o essencial. Sem esta mudança cultural, continuaremos a inovar para permanecer no mesmo lugar. ■

Falta-nos aceitar que a energia limpa não é apenas uma questão de origem, mas também de uso e de moderação.

A MÃO VISÍVEL

Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com



Vitória Clara: o poder dos slogans

CARLOS ALBUQUERQUE

Um slogan ou um nome podem identificar missões de forma abrangente. Fazer memorizar valores, benefícios e objetivos. Diferenciar e dar coerência a práticas reais. E mobilizar efetivamente as pessoas.

Há 50 anos que o “Porque nós merecemos” da L’Oréal, dá poder à mulher e à sua autonomia. O “Just do it” da Nike, impõe à ação, à atividade e ao desempenho. “Save Money. Live Better”, da Walmart, mostra bem-estar pessoal na poupança dos preços baixos. E na De Beers, desde 1947, sabe-se que “Um Diamante é para Sempre” na eternidade e no compromisso de amor.

Os novos partidos querem pôr-se para além da ideologia. Com nomes fortes, simbólicos e emocionais. O Chega quer-se descontente e com sentido emocional de urgência e indignação. Mais à direita, o Ergue-te, apela à ação como na Marcha Sobre Roma, de Mussolini. No França Insubmissa faz-se o contraponto do Maio de 68 ao Reagrupamento Nacional, da direita radical. A Alternativa para a Alemanha transmite rutura com o status quo,

num nacionalismo antissituacionista e crítico da UE. Em Espanha, o Vox, traz a voz do povo ignorado, num contexto nacionalista e tradicional da palavra latina que lhe dá nome. E, fundamentalmente, o MAGA (Make America Great Again), tem a qualidade de um slogan com a força de um ideal que motiva milhões de cidadãos. Nomes simples, gerando sensações de pertença, fora das discussões doutrinárias.

Os candidatos a PR têm slogans que caracterizam a sua missão. Marques Mendes na continuidade no sistema de “O Valor da Experiência”. Gouveia e Melo, com “O Meu Partido é Portugal”, entende-se acima dos partidos. Cotrim de Figueiredo “Imagina Portugal”, colocando o sonho de um futuro melhor no ideal dos eleitores. António José Seguro diz que “Este é o momento para derrotarmos o medo e erguermos a esperança”. António Filipe usa “Com o Povo, Por Abril, Por Portugal”, esquecendo que os mais velhos não têm 50 votos como no Benfica.

“Rumo aos 100.000” levou o Benfica ao recorde do Guinness. A maior eleição num clube, em todo o mundo. Um slogan motivador e desafiador na concretização de um objetivo comum. Uma vitória clara. Infelizmente, em Portugal, o compromisso desafiador não faz parte do cardápio dos nossos governantes. Apenas “fazer mais e melhor” que é como quem diz, “cá estamos e cá queremos estar”. Sem coragem. E sem visão nem missão. ■

“Votaram 93.081 sócios nas eleições, confirmando que o recorde do Guinness mora mesmo na Luz”.

A BOLA,

9 DE NOVEMBRO DE 2025

Trabalho temporário permanente

A situação dos médicos tarefeiros faz-me lembrar um famoso sketch do Gato Fedorento, em que Ricardo Araújo Pereira goza com a posição de Marcelo Rebelo de Sousa sobre a interrupção voluntária da gravidez: “É proibido, mas pode-se fazer.”

PEDRO BRINCA

A lei estabelece um conjunto de situações excecionais que permitem a prestação de trabalho temporário, nas quais o uso sistemático e reiterado do recurso a este tipo de soluções é difícil de enquadrar, mas que parece generalizar-se não só no próprio aparelho do Estado, como em todo o tecido empresarial português.

Cinco dos 20 maiores empregadores em Portugal são precisamente empresas de trabalho temporário. Isto reflete um país com legislação laboral esquizofrénica, que consegue ficar em terceiro lugar no ranking de países com maior rigidez laboral da OCDE, mas, ao mesmo tempo, em terceiro lugar na União Europeia em termos de contratos a termo certo. Pagamos o custo

da ineficiência de termos um mercado de trabalho muito rígido, mas nem sequer protegemos o bem político da estabilidade no emprego.

Voltando aos médicos, nada disto é bom. O empregador, como no caso aludido na frase citada, tem mais dificuldades em assegurar o normal funcionamento dos serviços. Quem presta o serviço tem uma relação mais precária e instável, do ponto de vista financeiro. Para o utente, o serviço será pior, refletindo falta de estabilidade no acompanhamento e de coordenação das equipas. Tudo isto é a consequência de um colete de forças em que o Estado se mete com legislação laboral e regras de contratação pública draconianas que, depois, o próprio Estado tem de inventar formas criativas de contornar. Limitados por estas, as administrações hospitalares preferem contratar tarefeiros porque estes atos apenas estão limitados pelo orçamento do hospital, ao contrário da contratação regular que implica um cumprimento de uma panóplia de regras que tornam impossível fazê-lo. Ao ponto de os próprios médicos preferirem despedir-se para ir prestar serviços no mesmo hospital como tarefeiros.

O trabalho temporário é tão importante como necessário, mas deve ser usado, como prevê a lei, para situações excecionais e imprevisíveis, sem o caráter de regularidade que as declarações do Ministério da Saúde põe tão claramente a nu. O populismo legislativo tem sempre um limite: a realidade. ■

“Este fim de semana, sem que nada o fizesse prever, e à última hora, os médicos prestadores de serviços que asseguram regularmente que as populações da Península de Setúbal têm o serviço que lhes é devido, manifestaram a sua indisponibilidade.”

MINISTÉRIO DA SAÚDE, LUSA,

13 DE SETEMBRO DE 2025

OPINIÃO

PROVÉRBIOS
PARA O MUNDO
DE HOJECRISTINA
SIZA VIEIRA

Turistas Americanos – “You can’t judge a book by its cover” (III)

Até há bem pouco tempo, o mercado dos Estados Unidos era quase irrelevante nas estatísticas do turismo português.

Em 2019, representava menos de 4% dos hóspedes estrangeiros. Cinco anos depois, os dados do INE e do Banco de Portugal confirmam o retumbante crescimento: os EUA foram em 2024 o 3.º maior emissor de hóspedes estrangeiros, com uma quota de mercado de 11,8% (2,2 milhões); e o 4.º em dormidas,

com uma quota de 9,2% (5,2 milhões). Isto representa um crescimento, face a 2023, de 12%, em ambos os indicadores. Quanto às receitas, aproximaram-se de 3 mil milhões de euros, mais do dobro dos valores pré-pandemia.

E, claro, para lá dos dados estatísticos, a observação empírica: os americanos, entre eles estrelas de Hollywood, são presença diária nos centros históricos das nossas cidades, nos hotéis de luxo, nas quintas do Douro, no litoral alentejano e algarvio. Um

público ruidoso, exigente e em rápido crescimento.

Como é que isto começou? O salto deu-se no pós-covid, quando o dólar forte, as poupanças acumuladas e a vontade de viajar convergiram com uma estratégia de promoção on e offline muito eficaz. A campanha “Close to US. Close to Portugal”, que andou digital e fisicamente em Times Square, foi um grande push no posicionamento do nosso país nos EUA. Ao mesmo tempo, a TAP, a United, a Delta e a American Airlines duplicaram ligações diretas: mais de 120 voos semanais em 2024, entre 12 cidades norte-americanas e seis aeroportos portugueses. Com apenas sete horas de voo desde Nova Iorque (JFK) e 6h30 desde Boston, Lisboa é a porta de entrada atlântica na Europa, mais próxima, mais estável e menos saturada (todavia... ver o P.S.) do que Paris, Roma ou Barcelona.

Quem são os turistas americanos? Segundo o WTTC, o turista norte-americano é dos que mais gasta por viagem na Europa, com uma média superior a 2.000 USD. Quando entre nós, mais de metade escolhe a Grande Lisboa, 21% o Norte e 11% o Algarve. Veem o país como um destino seguro, autêntico e culturalmente rico. Pertencentes sobretudo às classes média-alta e alta, destacam-se pelo elevado poder de compra e pelo interesse pela cultura, história, gastronomia e enoturismo. O segmento de luxo é particularmente relevante, e muitos turistas americanos consideram Portugal um destino de luxo premium e têm uma perceção muito positiva das experiências portuguesas neste segmento. Procuram hotéis-boutique, resorts de cinco estrelas e experiências exclusivas, como roteiros vinícolas e jantares de autor. O tamanho do quarto é a característica mais valorizada pe-

los viajantes norte-americanos em hotéis de luxo. Costumam viajar em casal ou em pequenos grupos e são fiéis a programas internacionais dos hotéis de marcas internacionais. Valorizam em Portugal o que consideram faltar noutros destinos europeus: espaço, amabilidade e escala humana.

Impactos e oportunidades

O efeito destes “novos” turistas é notório. Por um lado, o que há muito procurávamos: diversificação de mercados para Portugal; aumento do gasto médio; prolongamento do turismo para lá da época alta e (alguma) distribuição no território. Por outro, a oportunidade para novos projetos e tipos de experiências, do enoturismo à gastronomia e ao wellness, do story telling às experiências na cozinha dos hotéis. A par destes (mas com alguns pontos de stresse), projetos de turismo residencial e expansão de grandes cadeias hoteleiras.

Mas há riscos: a pressão sobre o imobiliário, a escassez de RH e a necessidade de garantir autenticidade, num país que quer crescer. É grande a nossa responsabilidade de preservar a autenticidade que os atraia e que nos caracteriza.

Soft power atlântico

A entrada em força dos americanos na Europa acontece num momento de relações transatlânticas tensas e de instabilidade política e económica em Washing-

ton. Ainda assim, o turismo permanece (so far...) um território de neutralidade. É que o turismo pode parecer apolítico, mas não é. É hoje muito mais do que lazer: é economia, é diplomacia, é projeção. Ao atrair visitantes, investidores e novos residentes americanos, o turismo é um instrumento que permite a Portugal consolidar-se como hub relacional entre continentes. E isso tem implicações que ultrapassam o setor, desde logo, porque reforça laços culturais, mas também económicos e estratégicos.

De um mercado quase inexistente para um protagonista destacado em cinco anos, o caso americano mostra que Portugal soube aproveitar o momento. O desafio agora é transformar o boom em fluxo sustentado, garantindo que o “efeito-dólar” se traduz em valor duradouro para o país, e sobretudo para quem aqui vive. ■

P.S. O reverso da medalha. O entusiasmo dos americanos choca de frente com o caos no aeroporto de Lisboa, cronicamente saturado e agora ainda mais pressionado pelo novo sistema europeu EES (Entry/Exit System). Como já o dissemos, tem tudo para ainda correr pior, visto que obrigará já em dezembro ao registo biométrico de passageiros não Schengen. As longas filas à chegada e à partida são um péssimo postal de Lisboa. Se queremos ser o “gateway” atlântico, o País precisa de infraestruturas à altura. Simples. Esperamos pelas prometidas e anunciadas melhorias.

Terceiro e último episódio da série dedicada ao mercado norte-americano na Europa, este agora sobre Portugal.

Coluna mensal à quinta-feira



AVISO

1. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, torna-se público que a Autoridade da Concorrência recebeu, em 7 de novembro de 2025, uma notificação prévia de uma operação de concentração de empresas apresentada ao abrigo do disposto no artigo 37.º do referido diploma.

2. A operação de concentração consiste na aquisição, pela MSOF Beacon, LLC (“MSOF”), do controlo exclusivo sobre as sociedades Potters Intermediate Holdings, L.P., TRF-Potters Blocker (US), LLC, e Potters Intermediate Holdings GP, LLC, e cada uma das suas subsidiárias (em conjunto, “Potters”).

3. As atividades das empresas envolvidas são as seguintes:

- **MSOF** – sociedade americana, de responsabilidade limitada, que é indireta e exclusivamente controlada pela Macquarie Group Limited, grupo diversificado de serviços financeiros que fornece aos clientes gestão de ativos, serviços bancários de retalho e empresariais, gestão de património, bem como consultoria e soluções de risco e capital em dívida, ações, mercados financeiros e commodities.

- **Potters** – sociedades norte-americanas dedicadas à ciência dos materiais para infraestruturas, especializadas principalmente no desenvolvimento, produção e fornecimento de microesferas de vidro sólidas e ocas (também conhecidas como “contas de vidro” e “bolhas de vidro”). As microesferas de vidro da Potters são utilizadas principalmente em aplicações de segurança nos transportes, tais como marcações rodoviárias, pistas de aeroportos e barreiras de proteção. As microesferas de vidro da Potters são comercializadas em Portugal.

4. Quaisquer observações sobre a operação de concentração em causa devem identificar o interessado e indicar o respetivo endereço postal, e-mail e n.º de telefone. Se aplicável, as observações devem ser acompanhadas de uma versão não confidencial, bem como da fundamentação do seu carácter confidencial, sob pena de serem tornadas públicas.

5. As observações devem ser remetidas à Autoridade da Concorrência, no prazo de 10 dias úteis contados da publicação do presente Aviso, indicando a referência Ccent 85/2025 – MSOF / Potters, através do e-mail adc@concorrenca.pt.

Publicidade

PROJECT SYNDICATE

© Project Syndicate, 2025
www.project-syndicate.org



ANNE KRUEGER

Antiga economista-chefe do Banco Mundial e antiga diretora-geral adjunta do Fundo Monetário Internacional, é investigadora sênior e professora de Economia Internacional na Faculdade de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e membro sênior do Centro para o Desenvolvimento Internacional da Universidade de Stanford

Os argumentos a favor de uma organização multilateral de comércio sem os EUA

Desde janeiro que o mundo tem assistido, com estupefação, às medidas da Administração do Presidente norte-americano, Donald Trump, que têm minado todos os pilares da ordem econômica que os Estados Unidos ajudaram a construir e que defenderam com orgulho durante grande parte do século passado.

Os princípios da ordem econômica internacional do pós-guerra — não discriminação entre parceiros comerciais, tratamento justo das empresas estrangeiras nos tribunais nacionais e adesão ao Estado de direito, conforme consagrado no acordo que constitui a Organização Mundial do Comércio (OMC) — lançaram as bases para oito décadas de prosperidade e redução da pobreza sem precedentes. Embora os economistas ainda debatam se o comércio foi o principal motor do crescimento global ou simplesmente um facilitador chave, poucos contestariam que a liberalização do comércio desempenhou um papel fundamental.

Dado este historial, não é de surpreender que os aumentos generalizados e específicos das tarifas alfandegárias impostas a muitos países pela Administração Trump, que violam os limites tarifários negociados no âmbito da OMC, tenham chocado os aliados dos Estados Unidos. O convite de Trump aos diferentes países para “negociarem” reduções tarifárias representa outra violação do sistema multilateral baseado em normas, dado que estas negociações têm sido estritamente bilaterais. Estas ações violam o princípio de nação mais favorecida da OMC, que proíbe os Estados-membros de aplicarem diferentes barreiras comerciais a diferentes países, exceto sob acordos formais de livre comércio. Ao aumentar as tarifas acima dos limites esta-

belecidos nos acordos da OMC, o governo norte-americano injetou uma enorme incerteza no sistema comercial global.

As conversações com a Coreia do Sul, por exemplo, só começaram depois de as negociações com o Japão terem sido aparentemente concluídas. Embora os EUA tenham concordado reduzir a tarifa sobre as importações de automóveis japoneses para 15%, a taxa para os carros sul-coreanos permanece em 25%, enquanto se aguarda um acordo final. Nem sequer o acordo EUA-México-Canadá ofereceu qualquer proteção, pois os parceiros regionais dos EUA viram-se obrigados a negociar em separado.

As distorções não se ficam por aí. Além das tarifas, a Administração Trump exigiu que os seus parceiros de negociação se comprometessem com níveis fixos de investimento direto estrangeiro nos EUA. Da mesma forma, como condição para aprovar a venda da US Steel à japonesa Nippon Steel, a Administração garantiu uma “golden share” que concede ao governo federal direitos de veto sobre as decisões corporativas.

Na essência, a estratégia comercial de Trump assenta na tática “dividir para reinar”. Confrontados com a ameaça de graves perturbações económicas, a maioria dos líderes nacionais sentiu que não tinha outra escolha a não ser negociar e aceitar condições que favorecem fortemente os interesses norte-americanos.

Tudo isto ressalta a necessidade urgente de os membros da OMC organizarem uma resposta coordenada. Para tal, o primeiro-ministro canadiano, Mark Carney, propôs que os maiores blocos comerciais do mundo — em particular a União Europeia e o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Trans-

pacífico (CPTPP) — unissem forças e formassem uma nova coligação multilateral. Agindo coletivamente, este grupo terá um poder de negociação muito maior do que qualquer país poderá alcançar sozinho.

No entanto, a proposta de Carney levará tempo a implementar, dado que os dois principais blocos comerciais operam sob regras e padrões diferentes que terão de ser conciliados. O CPTPP, formado pelos participantes originais da Parceria Transpacífico após a retirada dos Estados Unidos no primeiro mandato de Trump, oferece um modelo útil.

Em alternativa, os membros da OMC poderiam criar uma nova Organização Global do Comércio (OGC), adotando o acordo de constituição da OMC e incorporando os mecanismos existentes, como o Mecanismo de Resolução de Litígios. A adesão estaria aberta a qualquer país disposto a acatar essas normas. Se os países da UE e do CPTPP aderissem, é provável que outros — incluindo a Coreia do Sul — seguissem o exemplo.

É fundamental que os procedimentos de adesão sejam simples, garantindo a continuidade das normas da OMC. Com a união da maioria dos países de todo o mundo que realizam trocas comerciais, grande parte do valor prático da OMC poderia ser preservado até que os Estados Unidos decidam mudar de rumo.

Já existe um precedente para este tipo de iniciativa. Depois de os EUA terem bloqueado as nomeações para o Órgão de Recursos da OMC, entre 2017 e 2019, 47 membros responderam formando o Acordo Provisório Multilateral de Arbitragem de Recursos, que permite aos membros participantes resolver disputas sem o envolvimento dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos representam cerca de 10% a 12% das exportações globais, enquanto a quota da China é de aproximadamente 15%. Mesmo que a OGC só representasse 60% do comércio internacional, o seu poder de negociação coletiva excederia em muito o dos EUA, tornando ineficaz a tática de Trump de dividir para reinar. Mais importante ainda: esta unidade poderia acabar por persuadir os decisores políticos norte-americanos a regressarem à cooperação baseada em regras.

Sem dúvida que a OMC precisa de ser modernizada, especialmente no que diz respeito ao comércio eletrónico, às subvenções e ao comércio de serviços, mas é urgente restaurar a integridade do sistema comercial global. Ao adotarem a iniciativa de Carney e formarem uma OGC, as principais economias podem reafirmar o seu compromisso com a cooperação, a estabilidade e a prosperidade partilhada, mantendo assim vivo o espírito do multilateralismo e abrindo caminho para as reformas necessárias. ■

Tradução: Carla Pedro

Confrontados com a ameaça de graves perturbações económicas, a maioria dos líderes nacionais sentiu que não tinha outra escolha a não ser negociar e aceitar condições que favorecem fortemente os interesses norte-americanos.

Sem dúvida que a OMC precisa de ser modernizada, especialmente no que diz respeito ao comércio eletrónico, às subvenções e ao comércio de serviços, mas é urgente restaurar a integridade do sistema comercial global.

SA LUÍS AFONSO



PODCAST IA

A inteligência artificial está a mudar profundamente a forma como as empresas gerem o seu maior ativo: as pessoas. Do recrutamento à retenção de talento, da produtividade ao bem-estar, os dados e os algoritmos estão a tornar os recursos humanos mais estratégicos, analíticos e eficientes. No segundo episódio de “IA da Economia” o tema é “Pessoas e Dados” e Tiago Cunha, diretor de Parcerias da Factorial Portugal, à conversa com a jornalista Marta Velho, explica como a tecnologia está a redefinir os recursos humanos e a dar origem a uma nova era de decisões baseadas em dados. Menos tarefas administrativas, mais tempo para a estratégia e o bem-estar das equipas. Mas com uma certeza: “A IA vai mudar tudo, exceto as relações humanas.”



Use o seu leitor QR para aceder ao podcast



AUTOMÓVEL

Governo evita IUC a duplicar entre final de 2025 e fevereiro de 2026

Os automobilistas que tenham de pagar o Imposto único automóvel (IUC) no final de 2025 e depois novamente em fevereiro, de acordo com as novas regras de liquidação do imposto, podem contar com uma norma transitória que evite, nestes casos, novo pagamento logo no segundo mês do próximo ano.

A garantia é do Ministério das Finanças, que explica que o diploma legal que consagra as alterações está ainda a ser preparado e que a proposta do Execu-

tivo “irá incluir uma norma transitória a aplicar ao IUC devido em 2026, evitando a proximidade temporal entre quem pagou IUC no final do ano de 2025 e o que será devido em 2026”.

A explicação consta de um comunicado emitido esta quarta-feira pelo ministério tutelado por Miranda Sarmento na sequência da estimativa, avançada pelo Jornal de Notícias, segundo a qual haverá cerca de “15 mil a 20 mil” proprietários de veículos que teriam de pagar o imposto

duas vezes num curto espaço de tempo.

A decisão de alterar as regras de pagamento do IUC foi anunciada no âmbito das medidas de simplificação fiscal. A ideia é que em vez de, como até agora, o “selo do carro” ser pago anualmente no mês de matrícula do veículo, passe a haver um único período de pagamento, igual para todos os automobilistas, e que acontecerá a cada mês de fevereiro.

Uma forma de, afirmou o Governo na altura do anúncio, se

evitarem situações de esquecimento e de inevitáveis aplicações de coimas.

O Ministério das Finanças vem agora dizer que “a proposta do Governo para a alteração do momento do pagamento do IUC encontra-se, ainda, em fase final de elaboração” e “deverá ser oportunamente aprovada pelo Conselho de Ministros para ser posteriormente remetida para discussão e aprovação da Assembleia da República”.

FILOMENA LANÇA*

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt



FÁTIMA BARROS
Presidente da Anacom

A professora de Economia na Católica Lisbon School of Business & Economics teve um papel importante quando esteve à frente da Anacom, o regulador das telecomunicações. Agora, assume o desafio de liderar a Fundação Francisco Manuel dos Santos, uma instituição que tem desempenhado um papel importante no fomento do debate em torno do futuro da sociedade e das próximas gerações. ■



VOLODYMYR ZELENSKY
Presidente da Ucrânia

As coisas não podiam estar a correr pior ao Presidente ucraniano. Além das dificuldades sentidas na linha da frente, Zelensky vê-se agora confrontado com um escândalo de corrupção na área da energia que envolve um empresário seu aliado e dois ministros do seu governo, da Justiça e da Energia. É certo que o Chefe de Estado pediu a demissão dos dois governantes, mas o caso abala fortemente a reputação do país. ■